

INTRODUÇÃO

“São Carlos assim como Passarinhos e Palmitos parecem uma colmeia ativa, onde uma gente próspera e sadia vai construindo seu favo de ouro. Vale a pena vê-las”¹

Esta citação, de um dos mais respeitados ‘homens das letras’ de Santa Catarina, traduz em pleno início da década de 30, do século XX, a leitura que se fazia da região oeste a partir da entrada de imigrantes, na sua maioria de descendentes de italianos e alemães no oeste catarinense. Segundo esta ótica os centros coloniais destacados na epígrafe constituíam-se em verdadeiros apiários em pleno ‘sertão inóspito’ que pouco a pouco faziam germinar seu favo de mel, sua riqueza.

A simbologia do apiário nos remete ao significado que o trabalho vai assumindo nos discursos proferidos pelas autoridades estaduais e locais sobre a região. O ‘desenvolvimento’ e a ‘civilização’ adentrariam no ‘vazio populacional’, na medida em que as ações das Companhias colonizadoras que atuavam na região, entre elas a Companhia Territorial Sul Brasil, responsável pela colonização de São Carlos, privilegiasse a entrada de grupos étnicos de descendência européia, considerados portadores de *capacidade de trabalho e de maior valor produtivo*.

Em meio a esse discurso pautado na ética do trabalho São Carlos vai se constituindo, perante os olhos do Estado e da região, a partir da década de 30, como uma colônia laboriosa que, certamente, colaboraria para o crescimento econômico e cultural da região oeste.

A preocupação do poder público estadual com o oeste catarinense torna-se mais evidente na medida em que o “*serviço de Povoamento do Solo, regulamentado pelo Decreto nº 6.455, de 19 de abril de 1907, nos artigos 138 artigos, é modificado pelo Decreto nº 9.081, de 03 de novembro de 1911, com 277 artigos, onde não é marginalizada a colonização por*

¹ D'EÇA, Othon. *Aos espanhóis confinantes*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929. p. 29.

companhias ou particulares.”² Esta medida impulsiona o poder público catarinense a partir de 1895 a estabelecer políticas de incentivo e proteção a colonização no Estado garantindo assim, a propagação e atuação das empresas colonizadoras no território estadual. No entanto, foi somente a partir de 1914 que se iniciam propagandas para venda de lotes, através da ‘imprensa da região de colonização alemã (Joinville e Blumenau), sobre a área de Domínio da Brazil Development’.³

A área de concessão da Cia. Brazil Development no oeste foi aos poucos sendo transferidas para colonizadoras que vinham se estruturando no território gaúcho. A posição desta Companhia colabora, de certa maneira, com a decisão do governador Hercílio Luz (1918) em abrir estradas que permitissem a ‘integração’ definitiva da região oeste ao território catarinense. É em meio a essas negociações que partir de 1925, a Companhia Territorial Sul Brasil, passou a responsabilizasse frente ao estado de Santa Catarina por boa parte das terras localizadas na região posteriormente denominada de oeste catarinense. Conforme afirma D’Eça⁴, havia organizado ate 1930 as colônias de Cascalho, Passarinhos, Palmitos, São Carlos, Ilha Redonda e Iracema.

Interessante destacar que conforme informa Piazza, a Cia Sul Brasil formada por destacados ‘homens de negócios’ de Porto Alegre, estabeleceram negociações com o Comissariado de Emigração da Alemanha que lhe enviou ate o ano de 1930, 1.200 agricultores teuto-russos.⁵ Para São Carlos haviam sido encaminhados 240 agricultores católicos foram instalados na Linha Aguihas, em São Carlos.⁶

Estas informações nos levam a pensar que a colonização, conforme aponta Bosi, não pode ser analisada somente a partir de movimentos migratórios, mas, a partir também da necessidade e da intenção em exploração e exercer o domínio do solo. As exigências e garantias de boa infra-estrutura, por parte dos ‘colonos’, nos núcleos catarinenses a partir do final do século XIX, evidenciam que a colonização em Santa Catarina constituiu-se em uma tentativa ou estratégia por parte dos colonos de retomada, a partir de novas condições do “domínio sobre a natureza e o semelhante”.⁷

² PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1994. p. 237.

³ Ver para melhor esclarecer: PIAZZA. Op cit.

⁴ D’EÇA. Othon. Op cit.

⁵ PIAZZA, op. cit.

⁶ FISCHER, Martin. *Vierzig Jahr – russlanddeutsche Siedlungern in Santa Catarina*. Ijuí: Michaelsen, 1970. p.48.

⁷ BOSI. Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. p. 13.

A idéia de uma colonização de origem alemã, em si, é responsável pela criação de um imaginário que focaliza uma estreita relação entre colono - pioneiro - progresso - civilização. Estes pontos já embalsamados nos discursos, sejam eles oficiais ou não, retratam uma carga estereotipada e pesada sobre os ombros dos alemães, possuidores da “capacidade de trabalho”⁸. Certamente que este discurso reflete todo um imaginário que se criou em torno do imigrante ou migrante alemão, cujo “pioneirismo” está diretamente relacionado à questão étnica.

Observa-se esta questão nos escritos de Othon D’Eça, em 1929, quando da visita do Governador Adolfo Konder ao oeste catarinense, foi responsável por fazer o relato oficial da considerada “bandeira”⁹. Descreve a região destacando suas possibilidades econômicas, sua beleza e sua gente. Neste *contexto regional* São Carlos é descrita pelo observador como “*colméia ativa de gente próspera e sábia construindo delicado e cuidadosamente seu favo de ouro*”¹⁰ em meio a floresta densa, a beira do Rio Uruguai.

Essas imagens construídas pelos observadores sobre a região despertaram-me o interesse no sentido de perceber o fazer-se dessa colônia/cidade, no período de 1930 a 1945, através das relações sociais (étnicas, classe, credo e gênero) que se circunscrevem no espaço físico, na sociabilidade e no cotidiano. Período que possibilita perceber o elaborar e o reelaborar desta cultura delineando valores, normas, preceitos... frente a uma política nacionalizadora implantada pelo Estado Novo, que visava retirar do isolamento cultural as *comunidades* alemãs do Sul do país. São Carlos é uma das *comunidades* que foi atingida pelo projeto centralizador e homogeneizante, uma vez que se localizava em área de colonização alemã considerada nociva aos ideais de unificação nacional.

É preciso salientar que a prática de integração do Oeste catarinense ao contexto cultural dominante em Santa Catarina, já se manifestava nos fins da década de 20. A viagem de Adolfo Konder, enquanto o chefe do Estado, ao Oeste, traz em seu bojo a preocupação com a conservação de uma cultura que vinha ao encontro com aquela ensejada como “*padrão nacional*”, mas também uma preocupação em implantar as primeiras sementes que germinariam em condutas civilizadas¹¹.

⁸ SEIFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica. In: *Anuário antropológico*. 91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. pp 31 - 63 p. 48.

⁹ Artur Ferreira da Costa, chefe de polícia do Governo Adolfo Konder em 1929, considerava, entre outros, a visita do governador ao oeste uma bandeira, já que a mesma traria ordem, lei e fomento econômico à uma região assolada pelos movimentos revolucionários e pelo banditismo. Ver: COSTA, Artur Ferreira da. *O oeste catarinense*. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cias, 1929.

¹⁰ D’EÇA, Othon G. op. cit. p.29.

¹¹ COSTA, Artur Ferreira da. op. cit. p.07.

Se a palavra de ordem dentro do projeto nacionalizador voltado para as áreas de colonização germânica era a assimilação, esta foi colocada em prática pelo Estado, ao determinar a extinção das instituições comunitárias, ao proibir o uso da língua alemã, ao enviar unidades do exército às regiões de colonização¹².

Embora não sendo “filha da região”, meu interesse e paixão pelo Oeste e mais específico por São Carlos, aflorou a partir de conversas com teuto-russos, desse município, nas rodas de chimarrão. Tornou-se mais intenso no desenrolar das leituras feitas para elaborar o projeto de pesquisa encaminhado ao CNPq, em 1993, cuja preocupação era perceber a trajetória da ocupação e produção da terra em Santa Catarina. Minha responsabilidade nesta pesquisa foi realizar o levantamento das propriedades e produção no oeste catarinense, fato que me possibilitou um contato maior e mais estreito com a historiografia do estado, no que diz respeito a colonização no Oeste e a perceber a concentração das análises eminentemente político/econômicas.

Febvre, historiador francês e um “inconformado” na década de 20, com as análises simplistas da história ligada ao plano político, desafia a construção de uma outra história. Os respingos deste desejo e necessidade viabilizam o pulsar de novos trabalhos no campo da chamada “*nova história cultural*”, incorporando a dimensão simbólica como estratégia de análise das formas de organização social.

Analisando a historiografia catarinense percebe-se a dedicação em historicizar a colonização no Oeste, sobretudo quando diz respeito a uma releitura do político e do econômico no campo da história social do dia-a-dia¹³. Na perspectiva de Michel Maffessoli, o cotidiano é lugar de história, pois: “*O que chamamos de vida cotidiana é constituída de microatitudes, de criações minúsculas, de situações pontuais e totalmente efêmeras. É, stricto sensu, uma trama feita de minúsculos fios extremamente tecidos*”¹⁴.

Essa leitura do cotidiano transcende as condições materiais de sobrevivência. Busca dar visibilidade ao rol de permanências “*insignificantes*” existentes nas relações, sejam elas de trabalho, domésticas, de vizinhança, de solidariedade... em que fluem os conflitos, os jogos de diferenças, a subversão.

Trilhar novos caminhos não ofusca importantes e significativos trabalhos realizados sobre a região de Chapecó. Destaco, entre eles, os trabalhos de Alceu Werlang e Eli Maria

¹² SEYFERTH, Giralda. op. cit. p. 112.

¹³ Ver neste sentido: DIAS, Maria O. L. da Silva. *Quotidiano e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1995.p.14-15.

¹⁴ MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. p. 146

Bellani, que embora não possam ser enquadrados na perspectiva da história cultural, são importantes fontes bibliográficas. Também é inegáveis o esforço e dedicação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), que através do Centro de Organização da Memória (CEOM) tenta reavivar a memória do oeste catarinense. No entanto, na esfera estadual, o hiato permanece. De maneira geral, estes trabalhos retratam o desenvolvimento da região atrelando-o a figura do pioneiro/desbravador, líder das Companhias ou não.

Eli Maria Bellani¹⁵ trata, especificamente, sobre o extrativismo da madeira e do modo como esta atividade incrementou mudanças políticas, -socais e econômicas na região. É um trabalho com riquíssima base documental que possibilita vislumbrar outras pesquisas sobre a região.

Também é necessário destacar o trabalho de Alceu Werlang¹⁶, que traz à tona o processo de colonização do Oeste catarinense a partir da atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Werlang, Em seu trabalho, refere-se a São Carlos - foco de minha atenção nesta pesquisa. Embora, em vários momentos este autor tente vislumbrar as práticas cotidianas, estas ficam ainda obscuras em detrimento da ação política da Companhia na implantação da pequena propriedade, responsável pelo desenvolvimento socioeconômico do oeste catarinense¹⁷.

Significativo trabalho de pesquisa foi desenvolvido por Arlene Anélia Renk¹⁸ na década de 90. esta autora analisa as relações desencadeadas entre colonos e brasileiros, nos municípios de Vargeão e Ponte Serrada, a partir do processo de colonização. Renk possibilita perceber os conflitos étnicos-culturais que envolvem estes dois grupos, colaborando significativamente para uma leitura mais acurada do meu objeto de análise.

Parece-me que os estudos em relação ao Oeste catarinense tendem a explorar a ação política das colonizadoras na ocupação da região. Faltam trabalhos que contribuam na direção de se perceber a experiência histórica dos sujeitos ali constituídos e suas especificidades. É preciso buscar, portanto, as diferenças nesta coletividade e as suas imbricações no plano político-econômico. Isto significa dizer que voltar os olhos às múltiplas práticas que ocorrem em espaço e tempo diversos permite apreender as relações que compõem este campo de análise.

¹⁵ BELLANI, Eli Maria. *Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai*. Florianópolis: UFSC, 1991. (Dissertação de Mestrado)

¹⁶ WERLANG, Alceu. *A colonização as margens do Rio Uruguai no extremo oeste catarinense*. Florianópolis: UFSC, 1992 (Dissertação de Mestrado).

¹⁷ Idem, p. 03.

¹⁸ RENK, Arlene Anélia. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Rio de Janeiro: DPGAS. Museu Nacional. URRJ, 1990. (Dissertação de Mestrado)

Não é possível dizer que tais relações, fora de um campo de análise onde são praticadas e lidas, possuam um sentido intrínseco, trans-histórico.

É tentando enxergar para além da idéia de um *'mundo naturalizado'* que Chartier, importante investigador da história cultural francesa, tem colaborado e despertado para que se restitua a historicidade ao *"consumo"* cultural ou intelectual, de forma tal que ele possa ser percebido como *"representações que nunca são idênticas"*¹⁹. Portanto, analisar as práticas sociais e as relações que emergem no cotidiano dos *"alemães"* em São Carlos, a partir desta perspectiva, é fugir da idéia padronizada, homogeneizante, possuidora de um sentido trans-histórico, onde as práticas e relações não estejam *"presas na rede contraditória das utilizações que as constituem historicamente"*²⁰. Assim, os espaços onde estas práticas e relações serão lidas e vislumbradas, constituem espaços abertos, ensejando, desta forma, uma multiplicidade de leituras. Minha pesquisa apresenta-se, portanto, como um esforço de tecer mais uma destas possibilidades, pois:

*[...] é necessário lembrar que todo texto é o produto de uma leitura, uma construção do seu leitor: 'este não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventa nos textos uma coisa diferente daquilo que era a 'intenção' deles. Separa-os da sua origem (perdida ou acessória). Combina os seus fragmentos e cria o desconhecido no espaço organizado pela capacidade que eles possuem de permitir uma pluralidade indefinida de significações*²¹.

Caminhar nos espaços do Rio Uruguai, da sociabilidade das festas, dos serões, do trabalho, ou seja do cotidiano, se por um lado permite apreender as lutas, as contradições, os antagonismos, as resistências constitutivas das práticas sociais, por outro, deixa transparecer também as solidariedades que envolvem tais relações. Solidariedade estas que não possuem contornos precisos, mas que são definidas e redefinidas em cada momento, mostrando-se muitas vezes ambíguas e tensas.

Perceber a dinâmica em que estão envoltas as relações sociais²², possibilita enxergar além da relação hierárquica de classe e seus antagonismos. É necessário, portanto, jogar luz às práticas, às experiências a ponto de se dar visibilidade aos sujeitos e aos vários papéis sociais

¹⁹ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. pp. 56-63.

²⁰ Idem. p. 61.

²¹ Idem p. 61.

²² KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais - da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova abordagem. In. KARTECHEVSKI-BULPORT, André et all. *O sexo no trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 82.

culturalmente constituídos em consonância com relações sociais que estão estabelecidas e que estão se estabelecendo.

E. P. Thompson, importante historiador com base marxista, da década de 60, afirma que homens e mulheres experimentam sua existência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura. Por conseguinte, a experiência é “*encarnada em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais*”²³. A partir disto, as relações que emergem das experiências de diferentes sujeitos em São Carlos, pintam espaços nesta colônia/cidade. Espaços com tons de especificidades que revelam conflitos de interesses, estratégias de sobrevivência que estão para além da lógica da sociedade, mas que apresentam em sua plástica também graus de liberdade e de invenção.

O cotidiano aborda esta dinâmica do viver, práticas e representações onde se cruzam e se imbricam diferentes formas culturais²⁴, onde as relações sociais, às vezes consideradas naturalizadas, esbanjam a invenção, o recriar.

Dar visibilidade À construção da “cidade” de São Carlos a partir das relações sociais desencadeadas na década de 30 até 1945 é clarear a noção de cultura, entendendo-a não como peça garantida em uma dada realidade, mas como “*algo que é construído socialmente e portanto requer explicação social e histórica*”²⁵. É desta maneira que se busca privilegiar os espaços sociais que, montados, darão luz e configuração à cidade e suas imbricações sociais.

Pensar e escrever sobre o Rio Uruguai, considerando-o enquanto espaço privilegiado para o desenrolar das diversas relações sociais, é entendê-lo na transcendência de seu limite geográfico. As leituras dos textos de Artur F. da Costa (1929), de Othon G. D’Eça (1929) e de José A. Boiteux (1931), todos referentes à viagem do primeiro chefe do Governo do Estado de Santa Catarina ao Oeste catarinense, propiciaram vestígios para se buscar em outras fontes, sobretudo, na *memória viva*, as relações que eram desenvolvidas neste espaço físico.

Nesse sentido, no primeiro capítulo, ao abordar o espaço físico do rio Uruguai, penso-o enquanto espaço ressignificado, onde múltiplas práticas e relatos o redefinem. Os relatos por exemplo, dos participantes da comitiva governamental de Adolfo Konder em 1929, trazem a relação da “cidade” com o rio Uruguai e a magia que representa a sinuosidade do rio e sua mata. Tornou-se, portanto, instigante clarear as relações que os sujeitos mantinham com e neste

²³ THOMPSON, E. P. O termo ausente. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. pp. 180-201.

²⁴ CHARTIER, R. Op. cit. p. 56.

²⁵ BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Média*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 21-23.

espaço e como, através de relatos oficiais ou da memória daqueles que mantinham uma intimidade com o rio Uruguai, construíam e organizavam este espaço.

Ultrapassa-se então, a idéia de rio como limite ou fronteira para pensá-lo como lugar de encontro e de ações: espaço da cidade. Se o rio Uruguai era fundamental para escoar a produção extrativista de madeira ou levar até ao Rio Grande do Sul a produção de fumo, também constituía-se em local para a diversão e para a arte, como por exemplo, ensaios de bandinhas.

Já, no segundo capítulo, procuro iluminar as práticas e papéis sociais que emergirão em torno das bandinhas, sobretudo relacionadas à Festa do *Kerb*²⁶, considerada a Festa do Padroeiro da cidade, São Carlos Borromeu. A análise desse espaço permite percebê-lo como importante cenário da vida social de São Carlos, onde a coletividade participava ativamente. Embora estivesse relacionada à questão religiosa, a Festa atingia seu ápice, ou seu “*verdadeiro sentido*”, com o Grande baile do *Kerb*, animado por uma bandinha local.

Por último, destaco o cotidiano dos migrantes e imigrantes e suas lutas para sobrevivência em meio a ação “normatizadora” e nacionalizadora do Estado, a partir de 1930. Procuo perceber as relações de solidariedade, de luta e resistência dadas neste cotidiano, bem com as sutilezas na preservação de uma “identidade étnica”, onde a língua e o trabalho possuem destaque cultural.

Assim, para trabalhar estes três espaços em São Carlos e dar visibilidade às relações sociais, de modo a se perceber a cidade se fazendo entre os anos de 1930 a 1945, foi necessário recorrer aos documentos disponíveis sobre este momento histórico: diários, relatos, cartas governamentais, livro Tombo... e à memória. Memória esta que não se encontra trancafiada nas prateleiras de museus, de bibliotecas e de arquivos. É uma história viva, carregada por grupos vivos e, que necessita de suportes exteriores para que possa fluir. Eis, a importância da comunidade afetiva, da qual fala Maurice Halbwachs.

Outros homens tiveram essas lembranças em comum comigo. Muito mais eles me ajudaram a lembrá-las: para melhor recordar, eu me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, pois sofro ainda seu impulso e encontro em mim muito das idéias e modos de pensar a

²⁶ *KERB*: palavra alemã que significa talo, ou seja, corte que se faz no canto da porta. A cada aniversário da Igreja, contando a partir de sua inauguração, fazia-se, na presença da coletividade, um talo na porta. Tais marcas – talos – simbolizavam a idade da Igreja, a sua fundação.

*que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles.*²⁷

Esta dimensão da memória coletiva permite perceber o aflorar da lembrança a partir da permanência de alguns traços que se encontram na memória dos sujeitos que fizeram e continuam, de alguma forma, a fazer parte de um determinado grupo. No entanto, é preciso reconhecer que, paralelo ao grupo de referência, as circunstâncias sociais caracterizam-se, também, em fontes onde a memória sacia-se e apoia-se. Isto significa dizer, que ela emerge também, a partir de referências tangíveis e visuais: objetos, espaços, gestos... São lugares de memória, que repletos de sons, de imagens, de produção material, fazem aflorar as lembranças tornando-as objetos da história.²⁸

Foi no desenrolar das entrevistas realizadas em São Carlos, que fui percebendo a Colônia/Cidade constituindo-se. As falas de cada entrevistado, davam contornos aos espaços, à medida que relembavam suas experiências. Já não lhes preocupava o gravador e, aquilo que chamavam de “*sem importância*”, suas próprias falas. O certo é que relembavam, seja ao gosto amargo do sofrimento e das dificuldades, seja nas alegrias construídas na Colônia Nova.

Nessa caminhada, “*colhendo vozes de velhos*”, utilizando a expressão de Ecléa Bosi, o ponto de intersecção estava representado na figura de Alexandre Beirith, que das 11 (onze) entrevistas realizadas, 9 (nove) foram acompanhadas por ele. Seu papel sobrepujou a de um cicerone. Junto, participava das entrevistas. Os depoimentos entrelaçavam-se. O recordar trazia à tona suas experiências, dando-me possibilidade de visualizar as relações desenroladas em seu cotidiano.

O pequeno número de perguntas dava liberdade para expor sobre um tempo que já não é mais presente, mas que estava entrelaçado na vida destes sujeitos.

Se o “*acontecimento lembrado*”, como traz Walter Benjamin, “*é sem limite, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois*”²⁹, cada lembrança, retirada da “*parede da memória*” dos entrevistados em São Carlos, trouxe estas e outras possibilidades de se escrever sobre o município.

Nestas entrevistas, emerge o sentimento de quem vivenciou as experiências relatadas. Lembram, comentam em alemão ‘*máximas*’ e brincadeiras que marcaram suas vidas. Os olhos

²⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p 27.

²⁸ Ver neste sentido. NORA. Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. SP: (10), dez. 1993. pp. 9-15.

²⁹ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1993. P. 37.

brilham, as rugas tornam-se muito mais claras. O sorriso vem à tona quando a lembrança aflora. Os comentários são inevitáveis. Sempre houve o que dizer, o silêncio não teve a sua vez.

A necessidade de história trouxe, à tona a memória e, por consequência, a sua valorização. Pierre Nora deixa claro que a memória é a vida carregada por grupos vivos³⁰. Assim sendo, trabalhar história utilizando inclusive o caminho da memória, não se constitui mais um desafio, mas uma tendência.

³⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: (10), dez. 1993. Pp. 9-15.

I CAPÍTULO

“PRÁTICA DE ESPAÇO”: O rio Uruguai e sua re-criação

“... A travessia no Uruguai é um verdadeiro espetáculo e os timoneiros são como almirantes do Uruguai que navegam em suas pequenas lanchas de madeira sob o manto límpido das águas...”

Artur Ferreira Costa

“Onde os relatos desaparecem ... existe perda de espaço...”

Michel de Certeau

1.1. Olhares dos observadores: a invenção do Oeste catarinense

Nos idos de 1929, a comitiva do governador do estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, parte em direção ao Oeste catarinense. Esta seria a primeira visita oficial de um Governador do estado à região. A política de consolidação do território e a confirmação de limites entre o Brasil e a Argentina parecem ter sido ponto forte que movem a comitiva governamental ao oeste catarinense, no entanto, Costa³¹ salienta que a visita tinha como objetivo conduzir um processo civilizador na região possibilitando assim, a implantação da ordem, o respeito às leis e conseqüentemente o fomento econômico.

Tais dificuldades que persistiam durante toda a década de 20 e eram do conhecimento do estado de Santa Catarina. Hercílio Luz, em mensagem enviada ao poder legislativo em 1919,

³¹ COSTA, Artur Ferreira. *O oeste catarinense*. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cia, 1929. O texto aborda a questão da desnacionalização da região fruto do completo abandono em que vivia, sem a mínima ligação com a pátria. Ver também neste sentido: D'EÇA, Othon. *Aos espanhóis confinantes*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929.

reconhece a situação de precariedade com relação à comunicação e infra-estrutura da região³². Pouco ou nada foi feito pelo governo do estado no sentido de melhorias nesta parte do seu território. A falta de estradas, de escolas e de segurança na leitura do Governador Hercílio Pedro da Luz, retardaria o desenvolvimento dos futuros municípios da região, entre eles o município de Chapecó³³.

Ao mesmo tempo em que se reconhece o descaso do governo do estado com a região oestina se reconhece a obrigatoriedade de um olhar cuidadoso sobre aquela parte do estado. O solo profícuo e região rica eram: “*merecedoras dos maiores cuidados da administração, pois ali tudo ainda está para fazer*”³⁴.

Olhar com cuidado simbolizava investir na região. Investir em aberturas de estradas, consolidar a institucionalização do estado na região, garantir no serviço de segurança... tais investidas visavam garantir o avanço do desenvolvimento na região e sua definitiva integração ao território catarinense. Do ponto de vista econômico abriria portas da “Canaã”; do futuro ‘*celeiro do estado*’.

D’Eça e Artur Ferreira Costa desempenharam papel de relatores na comitiva governamental. Registram não só as fragilidades na condução política e administrativa da região por parte do estado, mas também, as potencialidades econômicas. É preciso atentar para a aura político-administrativa que envolveu a primeira visita oficial de um governador do estado ao oeste catarinense. Até a década de 20, esta parte de Santa Catarina estava relegada ao descaso e ao abandono. As preocupações referentes ao oeste não ultrapassavam as barreiras dos discursos e projetos³⁵. Somente no governo de Adolfo Konder efetivou-se a prática de “*melhor conhecer e com mais eficácia atender às necessidades do extremo oeste*”³⁶. Não que tal “*bandeira*”, como ficou conhecida, tenha melhorado as condições precárias de infra-estrutura a curto prazo. No entanto, possibilitou um novo olhar e uma nova representação sobre a região. Esta passa a ser conhecida como o celeiro do sul: “*terra de Canaã, terra prometida, terra do trabalho*”³⁷.

³² Mensagem Governamental de Hercílio Pedro da Luz, encaminhada em 27/07/1919 ao Congresso Representativo de Santa Catarina. (acervo Assembléia Legislativa) p. 125.

³³ Idem. 129.

³⁴ Mensagem Governamental de Felipe Schmidt encaminhada ao Congresso Representativo de Santa Catarina, 1918.

³⁵ Neste sentido ver: - Mensagem Governamental de Felipe Schmidt encaminhada ao Congresso Representativo de Santa Catarina em 1918 e, Mensagem Governamental de Hercílio Pedro da Luz encaminhada ao Congresso Representativo de Santa Catarina em 1919.

³⁶ BOITEUX, José Artur. *Oeste Catarinense*. Florianópolis: Alberto Entres & Irmão, 1931. p. 5.

³⁷ SILVA, Zedar Perfeito. *Chapecó e Joaçaba*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1952. p. 55. Esta leitura sobre o oeste, nos escritos de SILVA, parece ser senso comum. SILVA fazia parte da Comitiva Governamental de Irineu Bornhausen em 1951. A frase citada acima é de autoria do Major Alípio Ayres de Carvalho que, como SILVA,

Investida da preocupação em conhecer o território e de consolidar a soberania sobre o território, a viagem de Adolfo Konder em 1929, representou o início do processo de inventário dos bens existentes na região. Jacques Revel analisa que as viagens dos soberanos na França nos séculos XIII a XIX eram uma forma privilegiada que permitia o poder público fazer-se reconhecer legitimando assim a sua autoridade através do contato direto com seus súditos³⁸. Com relação a Konder, reconhecer e fazer-se reconhecer era um das principais funções da organização da comitiva ao oeste. Assim ultrapassar as barreiras geográficas existentes entre o litoral e o Oeste catarinense, chegar em “*lanchinha*” via Rio Uruguai, participar das saudações cívicas, bem como apreciar a recepção simples da charanga de amadores, das autoridades locais e do povo com vestes domingueiras³⁹, eram formas acionadas pelo estado para reivindicar e aspirar uma verdadeira legitimidade neste território ou como abordaria Revel, garantir uma entronização renovada.

No entanto, podemos também perceber que inventariar as condições da região em prol de uma administração pública estadual bem alicerçada e com recursos, parece ter sido também o ponto crucial de tal empreendimento.

Certamente que as informações provenientes dos Governos anteriores, sobretudo as do Governo de Felipe Schmidt e de Hercílio Pedro da Luz permitem a Adolfo Konder avaliar, como destaca Revel a respeito dos inventários medievais⁴⁰, aquilo que a região oferecia e o que era susceptível de renda aos cofres estaduais. A leitura de José Artur Boiteux, secretário de Estado no Governo de Konder, ressalta as perspectivas de um retorno econômico ao Estado e a todos que desejassem investir na região:

*Adolfo Konder juntou forças para vencer dificuldades de meios de comunicações para chegar em uma zona a que se abrem largos horizontes e admiráveis perspectivas, e na qual desabrocham reservas econômicas como que infundáveis (...) e como uma nova Canaã, convida assegurando remuneradores resultados (...)*⁴¹

fazia parte da comitiva. A presença das figuras militares estava aliada a questão do contrabando de madeira de lei aos países platinos que persistia através do Rio Uruguai.

³⁸ REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989. p. 103-115.

³⁹ D'EÇA. Op. cit., p. 20-25.

⁴⁰ REVEL, Jacques. Op. cit. p. 118-120. Aborda a questão de como os inquiridos nos séculos XIII-XIV, a respeito dos recursos das novas províncias, eram utilizados pelos soberanos como forma de conhecer melhor o território. Cabe dizer que, embora, estes inquiridos fossem compostos por uma variedade de informações, existia uma predileção marcada pelo patrimônio florestal, o qual deveria ser protegido e explorado com melhor eficiência.

⁴¹ BOITEUX. J. A. Op. cit., p. 7.

Voltar-se para o oeste catarinense permitia ao Governo uma ampliação das condições financeiras do Estado. Embora a máquina estatal estivesse ausente de seus próprios deveres com relação à empreendimentos na região, não ficava isenta da colaboração via impostos. Em 1939, por exemplo, Victor Peluso salienta que o município de Chapecó, da qual São Carlos era distrito, colaborou para a receita pública com 3,1% do total da contribuição⁴².

Isto certamente vem dar uma certa nuance à representação do oeste a partir dos relatos produzidos pelos observadores que compunham a comitiva governamental de Adolfo Konder (1929) e de Irineu Bornhausen (1951). Ao mesmo tempo, permite pensar na especificidade da colonização aplicada na região oeste, onde segundo Peluso Jr., foi um empreendimento de natureza econômica, em que empresários riograndenses baseados na experiência de expansão dos núcleos coloniais em seu Estado, investiram vultosos capitais em Santa Catarina⁴³.

Ainda baseado em Peluso Jr. o litígio entre Paraná e Santa Catarina com relação à jurisdição sobre o oeste, perturbou o processo de colonização que segundo sua análise, poderia transcorrer com mais facilidade e rapidez. Assim, o Governo do Estado de Santa Catarina e do Paraná, além de não auxiliarem à colonização, sua rivalidade causou tropeços ao processo⁴⁴.

Peluso Jr., entre outros autores, foi um dos que discorreu a respeito do processo de colonização no oeste catarinense, destacando-se por salientar com rigor o investimento econômico da iniciativa privada, como peça fundamental no sucesso do processo colonizador no oeste. Apropria-se, igualmente, do discurso dos representantes do Estado como o de Boiteux para reafirmar o abandono completo em que o Governo do Estado de Santa Catarina relegava à região suas análises. Insistem em trazer à tona que a região oestina é fruto das inter-relações sociais criadas dentro do modelo de colonização implantado pelo empresariado riograndense e, que a fundação de povoados não ocorreu em obediência oficial, mas estava ligado às necessidades que iam surgindo em torno de cada núcleo colonial e, também em função da omissão das autoridades estaduais no que diz respeito a seus próprios deveres.

Peluso Jr., dentro da análise da colonização do oeste torna-se, portanto, voz única ao excluir o braço do Governo do Estado neste processo. No entanto, é possível afirmar que o Governo estadual estava a par do sistema, controlando, indiretamente, o processo colonizador

⁴² PELUSO JR., Victor Antônio. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1991. p. 295.

⁴³ Idem. p. 289-290.

⁴⁴ Idem. p. 289.

através da legislação comum que atingia as colônias de iniciativa privada⁴⁵. Muito embora as obrigações legais que cabiam ao Estado, no processo de infra-estrutura da região colonizada, não tenham sido cumpridas, cabia a cada empresa juntamente com os colonos solucionar os problemas que os cercavam.

As linhas descritas acima colocam em evidência os contornos em meio aos quais surgiram as colônias no oeste catarinense. A idéia de colonizar tal região emerge, como já foi colocado, a partir do desfecho da Campanha do Contestado e se efetiva através das Companhias Colonizadoras que passam a desfilar na região a partir do início da década de 1920⁴⁶. Assim, colonizar a região poderia significar para as autoridades estaduais uma forma de ocupar e valorizar tais áreas, trazendo para a região e para o Estado benefícios de ordem econômico-social⁴⁷.

1.2. Companhias Colonizadoras: “povoando o sertão”

Tanto lideranças estaduais quanto empresários riograndenses concordavam na afirmativa sobre a pujança do oeste catarinense. Em discursos e relatos oficiais a região era lida com Canaã e como celeiro do Estado. Viabilizar tal área dependia dos braços dos migrantes oriundos das regiões mais antigas de colonização alemã, instaladas no Rio Grande do Sul, tanto quanto dos empreendedores experientes em sugar da terra aquilo que era possível ela render. Assim, a terra do “Grande Chapecó” faria germinar “belos apiários”.

Se a terra era úbere, necessário se fazia seu bom aproveitamento. Trazer colonos de origem alemã e italiana viabilizaria os projetos do empresariado com relação ao oeste. Da mesma forma solucionaria os problemas referentes às fronteiras internacionais, tão preocupante ao Estado⁴⁸. A experiência dos empresários possibilitaria uma otimização da região. A terra de

⁴⁵ Neste sentido ver: COSTA, Artur Ferreira. *O oeste catarinense*. 1929; BOITEUX, José Arthur. *Oeste catarinense*. 1931; Mensagens Governamentais de Felipe Schmidt, 1918 e de Hercílio Pedro da Luz, 1919.

⁴⁶ Neste sentido ver: PIAZZA, Walter Fernando. *A Colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1982. p. 213-227.

⁴⁷ Idem. p. 25 e 26. PIAZZA ao trabalhar a questão da colonização em Santa Catarina faz pequena discussão a respeito do termo colonização e povoamento. Trilhando a esteira de Novais, Piazza trabalha a colonização não como simples ato de ocupação, mas como caminhos de viabilizar determinadas áreas dentro do quadro político-sócio-econômico.

⁴⁸ Neste sentido ver: RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: DPGAS. Museu Nacional, UFRJ, 1990. Em parte de seu trabalho da luz a visão das autoridades estaduais a respeito da região e dos caboclos que ali viviam. Na leitura das autoridades era uma região despolicida, abandonada e habitada por foras-da-lei. Ao Estado não interessava a continuidade da situação. Além da região ser uma questão de soberania já que era área de fronteira, interessava-lhes a contribuição de impostos e o excedente de produção. A colonização através da

boa qualidade era vendida à gente de boa qualidade⁴⁹. O lucro, interesse maior desse empreendimento seria certo.

Parte das terras colonizadas pela Companhia Territorial Sul Brasil foram adquiridas mediante transferência de direitos e obrigações da Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense em 26 de agosto de 1925. Outra parte foi requerida junto ao Governo do Estado de Santa Catarina tendo como obrigações: construções de estradas e assentamento imediato. Assim, a Companhia Territorial Sul Brasil possuía sob sua administração uma gleba de 305.760.318m² e, até 1930 já havia formado algumas povoações entre elas: São Carlos⁵⁰.

Salienta-se, no entanto, que as terras colonizadas pelas Companhias colonizadoras, no oeste catarinense, foram na sua maioria adquiridas do Governo do Estado em troca da construção de estradas que, como aponta Werlang beneficiava as próprias empresas colonizadoras. Estas terras, consideradas devolutas, portanto do Estado, eram ocupadas na grande maioria por posseiros luso-brasileiros. Estes jamais tiveram preocupação em legalizá-las, já que a consideravam “terra de ninguém” e, se pertencia ao estado eram também do ocupante. “Terra da Gente”⁵¹.

As concessões tiveram início em 1919, sem no entanto, o *“Estado de Santa Catarina levar em consideração a questão dos posseiros. Pelo contrário, comprometia-se a manter a ordem nos núcleos coloniais e nas zonas próximas, bem como desembaraçar as terras de pretensões infundadas de terceiros”*⁵². Com isto, a ocupação das terras pelos caboclos-luso-brasileiros - estava com seus dias contados: ou as terras eram legalizadas conforme decreto estadual de 25/03/1925, ou adquiriam as terras, através da compra, das Companhias.

Se a permanência dos luso-brasileiros, não interessava ao Estado, por não contribuírem com impostos e pela pequena produção, muito menos interessava ao empreendedor, que via seus investimentos ameaçados pela presença “cabocla”. As áreas próximas as dos “luso-brasileiros” sofriam desvalorização imobiliária, pois estes mantinham a prática de criação de animais soltos. A imposição da lei em criar animais presos como forma de viabilizar o projeto

Companhias com colonos de origem alemã e italiana viabilizaria o projeto. p. 26-27 e 205-208. Ver também: COSTA, Artur Ferreira. op. cit.

⁴⁹ RENK. Op. cit., p. 208.

⁵⁰ PIAZZA. Op. cit. p. 226.

⁵¹ POLI, Jaci. Op. cit.

⁵² WERLANG. Op. cit. p.26

colonizador não foi bem recebido pelo caboclo. Fato que colaborou, também, para sua exclusão e retirada mata à dentro⁵³.

Além desta, outras estratégias foram criadas pelas colonizadoras. Segundo Werlang, a venda de lotes era concedida ao caboclo desde que este não atrasasse o pagamento, por isso, seu contrato só era redigido quando havia quitado a maior parte da dívida. Cláusula não exigida, por exemplo, pela Sul Brasil aos colonos oriundos do Rio Grande do Sul. Como, geralmente, não conseguiam quitar sua dívida, o caboclo devolvia o lote ou, passava adiante. Para evitar seu retorno a Sul Brasil, obrigava-o a deixar as terras da Companhia, definitivamente⁵⁴.

Ainda para Werlang, diferente de outras Companhias que se instalaram no oeste catarinense, a Sul Brasil não tinha experiência em colonização. Seu escritório, diferente de outras Companhias, localizava-se em Porto Alegre onde não havia interessados em imigrar. Possuía uma política de venda de terras muito peculiar, não selecionava colonos por região colonial do Rio Grande do Sul, credo e por etnia, a exemplo de outras companhias. A propaganda das terras era feita através dos propagandistas ou agentes vendedores de terra que atuavam em diferentes áreas do Rio Grande do Sul. Também era feita através de jornais e revistas, como a Volksblatt e a Pulusblatt, conforme relata Ervino Hoss. Com intuito de dar continuidade ao projeto colonizador e pensando em seu investimento, a Companhia investiu na larga experiência, dentro de projetos colonizadores, do engenheiro alemão Carlos Culmeyer⁵⁵. “Contratado para diretor gerente em 1926, coube a ele a tarefa de planejar e executar o plano de colonização. Do início das atividades da Cia Sul Brasil, até maio de 1939, quando morreu tragicamente, foi ele quem coordenou a colonização das terras da Sul Brasil”⁵⁶

O projeto de colonização de Carlos Culmeyer fechava com os interesses do empresariado tanto quanto com o perfil comum de quase todas as colônias teutas e itálicas instaladas no sul do Brasil no século XX, onde os migrantes e imigrantes foram assentados em áreas de florestas, a demarcação de lotes acompanhando os vales dos rios e onde a base econômica assentava-se na pequena propriedade familiar policultora⁵⁷.

Assim, as “velhas colônias” de imigrantes do Rio Grande do Sul foram fundamentais para a ocupação dessa “nova terra”. Segundo Telmo Moure, em “A inserção da economia imigrante na economia gaúcha”, o esgotamento do solo e o seu retalhamento cada vez mais

⁵³ RENK. Op. cit. p. 211.

⁵⁴ WERLANG. Op. cit. p.76.

⁵⁵ Idem. p. 50-53.

⁵⁶ Idem. p. 50.

⁵⁷ SEYFERTH. Op. cit. p. 104.

intensificado figuram como motivação para migração⁵⁸. O mesmo apontam os colonos quando entrevistados. Ervino Hoss, por exemplo, ao falar da vinda de sua família, afirma que vieram pois a terra na “colônia velha” estava fraca.. Além do que, ao comprar a terra assumiam, perante a Companhia, o compromisso de ocupação imediata, dependendo da localização. A ocupação conforme aponta Hoss, para aqueles que desejassem lotes mais próximos da sede da colônia, deveria acontecer entre 6 a 18 meses⁵⁹.

As estratégias encontradas por Carlos Culmey para efetivar a colonização nas terras da Companhia, favoreciam de certa forma a organização comunitária. Como os migrantes eram, na maioria, de origem teuta e ítala, a formação das colônias respeitava a origem étnica bem como a formação religiosa. Desta forma, os conflitos seriam menores e facilitariam uma maior agilidade na organização das colônias⁶⁰. A idéia de Culmey, segundo Werlang, era de também racionalizar as despesas referentes a estruturação das colônias, bem como otimizar os serviços que seriam prestados aos colonos. Assim, evitaria a construção de dois templos religiosos, duas escolas, facilitando a assistência religiosa e o atendimento no ensino secular.

Interessante se notar que, às vezes, ocorria a incompatibilidade de credo dentro da família. Maria Graff Beirith, teuto-russa, casada com Nicolaus Beirith, católico, era evangélica. A assistência religiosa evangélica era ministrada em Palmitos, região reservada para os alemães evangélicos. Para professar sua fé ia de carroça até a localidade. Às vezes ia com uma vizinha, Catarina Keller, também evangélica, como relata Nicolaus: “Um dia veio a minha vizinha e comadre Catarina para convidar minha esposa para ir a Palmitos. Iam lá assistir ao culto evangélico e, também comungar porque minha esposa e Catarina Keller eram evangélicas”⁶¹.

Se a idéia de agrupar os colonos segundo a etnia e o credo propiciava, na visão do colonizador, laços de solidariedade, a fala de Nicolaus retrata um outro lado da moeda. As dificuldades encontradas por aqueles que professavam fé diferente moviam a solidariedade passo à frente. A divergência de fé, nestes casos, é contornada com o auxílio e, em conseqüência, fazia emergir a solidariedade: “Em São Carlos não havia, nesta época, esta assistência religiosa, como não havia outro meio a não ser a cavalo ou carroça. Ela me pediu se era possível ir de charrete que eu tinha feito. Elas me convenceram e acabei concordando”⁶²

⁵⁸ MOURE, Telmo. *A inserção da economia imigrante na economia gaúcha..* (Dissertação de Mestrado) p. 20.

⁵⁹ Entrevista com Ervino Hoss realizada por Juçara N. Wolf em São Carlos no dia 23/03/1995.

⁶⁰ WERLANG. Op. cit., p. 62.

⁶¹ Escritos pessoais de Nicolaus Beirith. (mimeo sem paginação)

⁶² Idem.

1.3. Braços do trabalho: a colonização e o imaginário do desenvolvimento e do progresso no oeste catarinense.

Em meio a peculiaridades, as colônias ligadas à Companhia Sul Brasil vão se tornando, na leitura do observador Othon D'Eça, verdadeira colméias ativas, onde o braço do colono alemão traria e faria germinar o progresso e a civilização. Não só o observador integrante da comitiva do Governador Adolfo Konder destacou o desempenho da colonizadora. O próprio chefe do Estado não poupou elogios à prática da Companhia que diferia das aplicadas no Estado. Para Konder o objetivo maior da colonizadora era o colono e portanto, tal empresa não fazia de seu escritório balcão para traficar terras, nem tão pouco o aliciamento de colonos⁶³.

No entanto, buscando a voz daqueles que participaram desta experiência, algumas divergências se faz sentir. De fato, conforme narradores, a terra era boa, barata e a sua aquisição possibilitava nova perspectiva de vida. Era possível plantar a batata, o feijão, o milho, a mandioca... a problemática surgia ao deparar com uma outra realidade: a falta de infraestrutura. A grande maioria dos colonos que migraram tinham larga experiência na lavoura voltada para o mercado consumidor. A falta de estradas que interligassem as colônias a estes centros, foi um dos fatores que fizeram grande parte dos colonos sentirem-se lesados. Não havia para quem vender pois, todos plantavam tudo.

Os descontentamentos não se encerram por aí. A prática da Companhia em relação aos migrantes gaúchos, não se afastava dos acordos firmados entre ela e o estado. Um dos acordos assinados em 8 de julho de 1929, exigia o povoamento das terras com colonos nacionais ou estrangeiros, vendendo-lhes os lotes em prestações anuais e cobrando juros de 6% ao ano. O mesmo acordo garantia ao colono, o direito de transferência de seu contrato de compra e venda à outros e a indenização ao colono pelas benfeitorias realizadas em seu lote, caso viesse abandonar a terra⁶⁴.

Conforme relatório expedido pela Comissão de Sindicância da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura em 1931⁶⁵, a Companhia Sul Brasil não estava cumprindo às exigências do decreto número 1.633 de 04/08/1928. Os juros eram altos, os direitos dos colonos restringidos ou, na maioria das vezes tolhidos. Ao colono, restava acatar as diretrizes estipuladas

⁶³ Discurso do Governador Adolfo Konder no Distrito de Cascalho em 1929 e publicado no Jornal República de Florianópolis - 30/05/1929.

⁶⁴ A este respeito ver: WERLANG. op. cit. pp. 68-71. Aborda as diversas visões a respeito da Sul Brasil e o desrespeito aos acordos assinados com o Estado.

⁶⁵ Parecer da Comissão de Sindicância da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura. Florianópolis, 13/08/1931. Arquivo Municipal Pe. Fernando Nazel. Maravilha - S.C.

pela Companhia sem ter a quem reivindicar. Se a Comissão de sindicância não estava satisfeita, ainda mais o colono que se sentia lesado e jogado em um sertão inóspito, onde a falta de estradas dificultava-lhe a vida.

A relação da Companhia com os colonos, portanto, não era a das mais honestas. Ao colono cabia o dever de implantar por suas mãos o “progresso”, não importando as barreiras. À Companhia sobrava os louros e o reconhecimento do governo do estado pelo surpreendente sucesso dos povoados de São Carlos, Palmitos e Cascalhos⁶⁶.

Decepção também fazia parte do grupo de teuto-russos que imigraram da Sibéria para as terras da Companhia. Piazza fala que o Comissariado de Emigração da Alemanha depois de ter visitado as terras da Companhia enviou até 4/12/1933, 1.200 agricultores teuto-russos⁶⁷.

A crise que se abateu sobre a Rússia, após a Revolução de 1917, levou grupos de teuto-russos, fixados na Sibéria, em meados de 1929, a imigrarem, conforme salienta Martin Fischer em “Vierzig Jahr - russlanddeutsche Siedlungern in Santa Catarina”⁶⁸. Esta imigração fazia parte da tentativa da Companhia em trazer imigrantes estrangeiros para colonizar suas terras. A peculiaridade político-sócio-econômica na Rússia, favoreceu esta imigração. Dos 1.200 imigrantes, 240 famílias católicas estabeleceram-se na linha⁶⁹ Aguiinhas, em São Carlos. As outras foram divididas e encaminhadas a outras colônias da Companhia⁷⁰.

Assim como os migrantes gaúchos, os teuto-russos estavam decepcionados com a nova terra. Diz Charlota Schawab: “A terra tinha muita pedra. Era tudo mato. O trabalho era pesado e eles não estavam acostumados. Aqui em São Carlos, foi construída a casa do imigrante que serviu de acampamento. Enquanto as mulheres e as crianças ficavam ali, os homens iam derrubar a mata e construir as casas cobertas de palha”⁷¹.

Desiludidos com a nova realidade e abandonados pela Sul Brasil - era assim que se sentiam, afirma Alexandre Beirith - restou ao imigrante teuto-russo buscar alternativas para sobreviver. Se nos primeiros noventa dias, o Consulado alemão responsabilizou-se com alimentos, remédios, ferramentas, com o passar do tempo foram entregues a própria sorte. Nicolaus Beirith, em seus escritos deixa claro que sua esposa Maria “andou quilômetros até a

⁶⁶ Discurso proferido pelo Governador do Estado Adolfo Konder, em Cascalho, quando de sua visita ao oeste catarinense, publicado pelo Jornal República de Florianópolis em 30/05/1929.

⁶⁷ PIAZZA. Op. cit. p. 227.

⁶⁸ FISCHER, Martin. Op. cit., pp. 48-54. (Tradução de Alexandre Beirith).

⁶⁹ O termo “linha” é utilizado ainda hoje na região para designar uma localidade no interior do município.

⁷⁰ FISCHER. op. cit. p. 96 (Tradução de Alexandre Beirith).

⁷¹ Entrevista com Charlota Schawab realizada por Juçara N. Wolff na Linha Aguiinhas em São Carlos no dia 06.10.1994.

sede da colônia para vender uma cesta de ovos. Ninguém comprou”⁷². A falta de dinheiro e de trabalho, levava estes homens e mulheres a trocarem suas roupas por alimentos e outros produtos, um exemplo era a querosene. Outra forma de sobreviver era trabalhar para a Companhia na abertura de estradas, ou ainda, migrar para o Uruguai, como fizeram algumas famílias.

Como todos não queriam ficar nesta terra de muito mosquito, muito morro e pedra o que ninguém estava acostumado, surgiu um plano de ir para o Uruguai, já que o Sr. Alvis Tropmann e o Sr. Siebert vieram de lá para buscar as suas famílias e elogiando este país⁷³.

1.4. Contornos e limites das relações de camaradagem e solidariedade

Em meio a luta pela sobrevivência em situações tão adversas, vão palpitando sinais de solidariedade. A camaradagem, o compadrio, a amizade podem ser lidas como extensão ou ampliação do companheirismo praticado no âmbito familiar e conjugal. No entanto, é passível de antagonismos e restrições que permitem novas reelaborações, contornos e limites. A tentativa de migrar para o Uruguai, assim revela. A decepção e frustração com as novas terras adquiridas trazem à tona vínculos de amizade e de reciprocidade. Muitos dos teuto-russos que viviam em Aguiinhas deveriam contribuir, se quisessem ir embora, com a quantia de 5.000 mil réis. Este dinheiro ajudaria na viagem e com ele se compraria terras. Terras iguais as da Sibéria sem mato, sem pedra, sem montanha e sem formiga. Confiando na honestidade desses senhores muito começaram a juntar o dinheiro, deixando de comprar, inclusive, alguma comida⁷⁴. No entanto, os laços de auxílio mútuo, construídos em torno da nacionalidade, transformam-se em trapças e transtornos. Os limites do auxílio, do companheirismo e solidariedade entre vizinhos, vez ou outra, eram quebrados pelos sinais de desconfiança e intranqüilidade.

No afã de encontrarem a terra de seus sonhos, muitos colonos da localidade de Aguiinhas, de origem teuto-russa, foram enganados pelos seus próprios compatriotas. Não só deram suas economias, como muitos venderam suas propriedades para levantar a quantia exigida por Tropmann e Siebert. Esta dura realidade choca-se com a leitura romantizada dos

⁷² Escritos pessoais de Nicolaus Beirith. (mimeo. sem paginação)

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

observadores oficiais na década de 20 e 50. Os conflitos e antagonismos não são visualizados nem contemplados.

Privilegia-se a composição sonora e uníssona da colônia, enquanto “reino” e “Canaã” ao dar visibilidade a *“tenacidade e modo simples de vencer, pelo amor aos seus objetos de trabalho e de prazer, às tradições de apego à parentes e amigos no auxílio mútuo aos patrícios com a naturalidade que é um poema de sinceridade.”*⁷⁵

Este relato, não apenas enuncia uma imagem, mas sobretudo, produz esta imagem. Bourdieu diz que o autor ao dizer as coisas publicamente e oficialmente, está santificando-as e consagrando-as. Fazendo-as existir⁷⁶.

Logo, a representação que os observadores fazem das colônias, transcorrendo sobre sua gente e seus espaços, permite mapear os espaços de práticas onde, para além das relações serenas e homogêneas, fluem os conflitos, as proximidades, os antagonismos, dentro de uma temporalidade.

Quando escrevem sobre as colônias, os relatores, ao mesmo tempo em que demonstram sua admiração pela terra prometida, constroem um imaginário sobre a região e sua gente. A sapiência está, nesta gente possuidora de tenacidade e modo simples de viver, ao saber aproveitar aquilo que a natureza gratuitamente oferece. Aqui é possível destacar o espaço do rio. Espaço que ultrapassa o limite de lugar, de configuração de posições determinantes para transformar-se em lugar praticado onde ocorrem relações; “cruzamento de móveis”.

O despertar de espaço via práticas, permite construí-lo socialmente, escapando assim, das agruras da causalidade advindas das condições naturais. Os relatos de D’Eça e de Costa, dão possibilidades para visualizar tal questão. Se no início o Rio Uruguai era tido como único corredor possível para escoar a produção ou, como única via de comunicação, intercalado a estes momentos outras relações e outras possibilidades de uso vão emergindo.

A prática de extração da madeira que começa com maior intensidade a partir da década de 1920, e a entrada dos migrantes, transformou o Rio Uruguai e suas várzeas, em espaço de trabalho e de sociabilidade.

Trabalhar na extração da madeira, ou seja, na derrubada da mata caracterizava-se como a primeira atividade na terra adquirida. A indústria madeireira desenvolvia-se à medida que os colonos iam se instalando, pois as terras eram desbravadas e a madeira vendida⁵³. No entanto, o enriquecimento através desse tipo de extrativismo não estava de braços dados com o colono.

⁷⁵ SILVA, Zedra P. Op. cit. p. 28.

⁷⁶ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Apesar de ter adquirido lote de 25 ou 30 hectares, ao colono era vetada a extração da madeira. Esta na maioria das vezes, era extraída pela colonizadora e a terra entregue aos colonos.

Em outros casos, a extração da madeira pelo colono, só era possível após quitação da dívida com a Companhia. Nicolaus Beirith, teuto-russo, adquiriu uma colônia na linha Santa Bárbara. Sua área era 396.100 m² e possuía grande quantidade de madeira. Em função de uma condição especial do contrato de compra e venda, ficou impossibilitado de vender as madeiras antes da quitação da dívida. Assim, dizia a cláusula: *“O comprador é obrigado a estabelecer-se na terra, plantar e construir casa, podendo tirar madeira das terras contratadas que necessário for para suas benfeitorias, porém, não pode vender madeira de forma alguma antes de possuir a competente escritura pública”*⁷⁷

No caso citado acima, a importância da venda da madeira, está justamente no fato desta fornecer a moeda necessária para a compra de bens de consumo que eles não produziam ou que, possivelmente, não se encontravam no comércio local.

Apesar da terra ser incontestavelmente fértil como abordam os observadores, a grande dificuldade das colônias, em especial São Carlos, estava no comércio para a produção de excedentes. Vale a pena ressaltar, que os colonos atraídos para as novas terras em Santa Catarina tinham, conforme aponta Poli, como características fundamentais a busca da propriedade da terra, a realização de lavouras para a produção de excedente para a comercialização e a formação de indústrias diversas como: moinhos, serrarias... e a instalação do pequeno comércio⁷⁸. No entanto, a realidade encontrada, estava longe de se assemelhar àquela construída pelo imaginário. A falta de ligação com outros núcleos de produção aterrorizava a vida dos colonos. A imagem produzida pelos relatos dos observadores, onde o progresso e a riqueza vinham raiando, torna-se menos intensa. Não havia onde comercializar o que se produzia, já que todos plantavam o milho, o feijão, a batatinha. Jacob Ternus, deixa claro esta questão através de suas palavras: *“... se colher alguma coisa não tinha comércio, não tinha como vender. Isso é que era problema. A única coisa que eu me lembro que podia se vender bem é que quando começou o balneário lá em Iraí, em 1933, o pessoal levava galinha para vender lá...”*⁷⁹

A luta pela sobrevivência permite ampliar os espaços de trabalho para além daqueles mantidos pela tradição. Caracterizam-se como necessários e revelam mudanças, ainda que

⁷⁷ Contrato de compra e venda de terras de Nicolaus Beirith.

⁷⁸ Ver neste sentido: POLI, J. Op. cit. p. 74.

⁷⁹ Entrevista com Jacob Ternus.

tênuas, na estrutura social. Trabalhar na roça de sol a sol, não era suficiente para manter as condições básicas de sobrevivência. Embora os colonos plantassem produtos fundamentais ao sustento, faltava-lhes os manufaturados básicos como o sal, querosene, tecido...

Alternativas surgem na terra de Canaã. O trabalho eventual como peão de alguma madeireira ou da própria Companhia, para construção de estradas, aparecia como solução. A tradição camponesa trazida pelos colonos era intercalada com o trabalho improvisado. “Eu trabalhei arrumando estradas para a Cia. Era não me lembro 1.200 (mil e duzentos réis), eles descontavam o que se devia... meu vizinho ajudava a derrubar as toras de madeira e ajudava a levar até o porto. Eles ganhavam uns trocados”⁸⁰

Dada esta questão podemos perceber a configuração de outros espaços onde as relações sociais e de trabalho terão uma outra dinâmica, do mesmo modo clareiam-se as relações de conflitos que surgem entre o colono e o caboclo. Neste espaço de trabalho o colono disputará, em função da luta pela sobrevivência, com o caboclo. As atividades no e em torno do rio servirão de palco para relações conflituais com contornos relacionados a questão étnica, mas também, como espaço por excelência da sociabilidade.

As relações entre “os de origem” - colono - e os caboclos, eram por vezes, muito solidárias. Partilhavam muitas vezes, a garrafa de cachaça à beira do rio Uruguai, jogando conversa fora. A questão porém, modificava-se quando ambos disputavam o mesmo trabalho. Aliás, em se tratando de trabalho, o caboclo, na visão do colono, não era muito chegado. Tinha o corpo mole, não era organizado e quase sempre trapaceiro.

Percebe-se então, que a luta pela sobrevivência revela regras reforçadas pela questão étnica. Estas regras, exteriorizadas nas relações cotidianas exprimem o limite da amizade e da camaradagem, existente entre aqueles que compartilham do mesmo espaço e as mesmas perspectivas de trabalho.

Além do espaço da roça e da casa, o rio Uruguai começa a configurar-se em uma extensão da colônia. Se os relatos dos observadores trazem à tona a possibilidade de visualizar o rio, percebendo toda uma dinâmica ao seu redor, as práticas desencadeadas neste espaço deixam transparecer estes movimentos, ao mesmo tempo em que revelam laços de companheirismo, solidariedade e os limites destas relações.

A entrevista com Francisco Alves de Matos, 79 anos, natural de Chapecó, brasileiro e balseiro na década de 1940 em São Carlos, possibilitou apreciar tais momentos, Chico do Mato,

⁸⁰ Escritos pessoais de Nicolaus Beirith.

como ainda hoje é conhecido narrou parte da sua vida como se estivesse acendendo “postes de luz” em alguns pontos de uma rua escura. Ele Diz:

Na matrícula eu era prático de balsa. Eu não trabalhava derrubando madeira. Eu trabalhava no Rio. Recebia na canchada, derrubava na água e as vezes atava. Eu era ‘Comandante de trabalho’ e os peão era eu que cuidava, pagava e tudo. Então, eles gostavam de mim e tudo, mas não aceitavam assim né, a maioria era alemão colono que vinha p’ro Rio p’ra ganhar uns trocados. Ai, eles tinham eu como chefe. Uns diziam esse cabeça de ovelha, mas tinham que aceitar. Eu mandava e ajeitava tudo como o patrão dizia. Depois, até um patrão me ajudou a comprar uma lanchinha...⁸¹



Serviço de Balsa do Rio Uruguai em 1935. Fazendo uma balsa no Porto dos Mergem

Acervo: Museu Histórico de São Carlos.

⁸¹ Entrevista com Francisco Alves de Matos realizada por Juçara N. Wollf em Águas de Pratas/São Carlos no dia 05.12.1995.



Primeira Barca no Rio Chapecó, fazendo uma balsa no Porto dos Mergen.

Acervo: Museu Histórico de São Carlos.

As palavras de Chico do Mato exprimem algumas relações existentes entre a relação trabalhador/trabalhador, algumas inclusive relacionadas a etnia. Todas as etapas no preparo da balsa envolvia um número considerável de trabalhadores. A maioria era colono-peão, que paralelo as suas atividades na roça buscavam alternativas para sobreviver. No entanto, existiam os chamados “peões brasileiros”, aqueles que não eram de “origem”. Normalmente a relação entre ambos se dava sem grandes problemáticas, sobretudo no percurso do rio Uruguai. A gaita desses “caboclos” animava o trabalho árduo e pesado. A cachaça era a bebida de confraternização. Porém, os limites da solidariedade e camaradagem passam a ser tecidos quando envolvem a relação de poder. Para os “colonos de origem”, ser chefiado por um “cabeça de ovelha”, ou seja, uma cabeça seca sem nada, era um absurdo. A capacidade de direção não podia estar nas mãos de um brasileiro que não sabia nem organizar a sua casa. Desponta aí a questão da etnia como sendo um agravante para a qualificação ou desqualificação no trabalho. Ponto também de tensões entre trabalhadores que ocupavam o mesmo espaço. Outro agravante nesta questão se dava em função da garantia do trabalho. Os peões, após o preparo das balsas

e do remorque - a união de várias balsas - eram os primeiros a serem dispensados. O prático era alguém de extrema confiabilidade, sobretudo em função de suas qualidades: tinha domínio sobre o ponto de balsa, controle de como atravessar as barreiras trazidas pela cerração, bem como ser profundo conhecedor da variação do volume de água em vários pontos do rio. Assim, dificilmente era dispensado já que seu saber garantia o lucro do balseiro. O poder que lhe era concedido pode significar uma estratégia de controle e disciplina sobre todos os trabalhadores, o que de certa forma era repudiado.

1.5. O aspecto funcional do Rio Uruguai

A importância deste espaço - o Rio - para a colônia de São Carlos, consolida-se, sobretudo, após as tentativas da Companhia Territorial Sul Brasil em escoar os produtos da colonização por vias terrestres. A Companhia, em relatório a Diretoria de Terras e Imigração em 1938, tenta mostrar seu empenho. No entanto, justamente pelo fato de se tornar tão oneroso, optou-se pelo escoamento via fluvial.

Para conseguir o escoamento dos produtos da colonização, até o ano de 1937, subvencionava esta Companhia, muito onerosamente os caminhões da firma Willy Stolz, e Santa Bárbara, até as povoações de Palmitos e São Carlos e vice-versa, a fim de levar até a viação Riograndense.⁸²

Se o movimento no Rio torna-se mais intenso a partir desta questão, as balsas e lanchas passam a fazer parte do espetáculo. Não como algo além do Rio mas, como integrante dele e de seu leito. Porém, ultrapassando este simbolismo, o movimento no porto, em suas várzeas e nos trajetos que levavam à este espaço, tornavam o rio “orgânico à cidade”, assumindo, assim, um “aspecto funcional”.

Odette Carvalho de Lima Seabra, em *Os meandros do poder*, trabalha como a transformação dos rios Tietê e Pinheiros, recuperou uma dimensão histórica da cidade de São Paulo. Neste trabalho a autora analisa como a idéia de progresso passava necessariamente pelo ideário de transformação do rio e de suas várzeas, criando outras possibilidades de usos e, não somente como recurso natural⁸³.

⁸² Relatório da Companhia Territorial Sul Brasil à Diretoria de Terras e Imigração. Porto Alegre, 06/09/1938. Pasta 03. Arquivo da Companhia Sul Brasil. Porto Alegre - RS.

⁸³ SEABRA, Odete Carvalho de Lima. *Os meandros dos rios nos meandros do poder*. São Paulo: USP. (tese de doutorado), 1987.

A análise de Seabra embora trate da questão do saneamento dos rios Tietê e Pinheiros, redefinindo assim, o significado das várzeas no contexto urbano da cidade de São Paulo, possibilitou-me perceber o Rio Uruguai como espaço ressignificado através das múltiplas práticas e relações que ali emergiram ou eram desencadeadas. Tais práticas e relações constituíam historicamente espaços que permitem configurar uma imagem de São Carlos.

Até arrumar as toras em balsas, várias etapas eram desempenhadas por pessoas diferentes. Embora se estabeleça em muitos casos, a relação do trabalho pesado à figura do brasileiro, o trato com a madeira desde a sua derrubada, na grande maioria das vezes, estava aliada a figura do colono. Este por sua vez, trabalhava no sistema de diária. Seria possível imaginar, a partir disto, a preferência dos donos de balsas e madeireiros pela figura do colono. Este era dado ao trabalho.

Assim, paralelo ao trabalho na roça, alguns colonos dedicavam-se, também, ao trabalho no Rio, junto ou ligado às balsas. Serafim Mergan, oriundo também do Rio Grande do Sul, mostra a paixão que sentia ao participar do carregamento da balsa e o transporte até São Tomé. Era o cozinheiro oficial, mas também auxiliava nas amarras e no arrastar as toras. *“A gente ia junto, eu cozinhava. Ajudava a arrastar a madeira, a amarrar. A gente fazia tudo. Eu também era gaiteiro. Tocava ali...”*⁸⁴

Serafim Mergan em sua entrevista esbanjava o prazer de ter sido um prático da balsa. Suas lembranças, juntas com as do seu Alexandre Beirith vão se emaranhando. Os fios são puxados e os “ornamentos do olvido” são desfeitos. Cada recordação está ligada a outra e a outra... É a memória revelando-se mágica e afetiva, utilizando-se de seu principal alimento “as lembranças telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas”⁸⁵. Esta dimensão da memória permite um redimensionamento da própria história. Se a recordação pulsa a memória, o símbolo também o faz.

Trabalhar no Rio não significa, portanto, uma desqualificação enquanto colono. Era uma das alternativas para suprir as dificuldades do comércio. Estava longe de se formar uma agressão a cultura camponesa, onde o colono desvinculado da terra abre mão desta cultura. Penso que o fundamental neste intercalar de atividades está a luta pela sobrevivência. Muitas vezes luta que levava a perda da própria vida. Por isso, diz Mergan, era necessário o pessoal estar junto. Um apoiando o outro. Mas, esta expressão - um apoiando o outro- possuía também suas fronteiras. A intensificação do transporte de madeira através do Rio e as condições

⁸⁴ Entrevista com Serafim Mergan realizada por Juçara N. Wolff em Águas de Pratas/São Carlos no dia 06.12.1995.

⁸⁵ NORA. op. cit. p.9.

desfavoráveis do comércio local, levam muitos colonos e caboclos a se postarem às margens do Rio buscando uma oportunidade de trabalho. Nem todos possuíam a mesma sorte e, em função disto muitos eram dispensados.

Agrupados à beira do Rio, sobretudo no Porto, esperando uma oportunidade de trabalho, transformam a angustia da espera em momentos de confraternização. Maffesoli escreve que as relações de grupos restritos são também, muitas vezes, lúdicas⁸⁶. Se o caneco de cachaça simbolizava uma espécie de confraternização, onde o ritual do rodízio demonstrava o ar de camaradagem, por outro poderia simbolizar a exclusão do trabalho. O gole era aceito como motivação e para esquentar os dias frios de inverno. Porém, o excesso era delatado e o sujeito imediatamente excluído. Mergan aborda: “O prático não aceitava muito mas, fazer o que, até ele tomava. O negócio era não abusar. Se isso acontecesse o trabalhador ou tripulante era dispensado. A gente levava até o barranco do rio”⁸⁷

Esta passagem exprime uma das fronteiras da relação de camaradagem que compunha o trabalho a beira do rio ou nele. A vigilância e o controle que um sujeito exercia sobre o outro propiciava segurança e confiabilidade ao patrão, na mesma medida em que garantia a estabilidade do prático. No entanto, nesta relação de controle entre companheiros estava principalmente a preocupação com a própria vida. Por isso, muitas das práticas de vigilância e controle eram asseguradas pelos próprios trabalhadores.

Mas, as boas relações com os patrões estavam longe de serem reais. Chico do Mato diz que em toda a sua vida de peão, prático e comandante, foi uma vida de luta. As rebeliões existiam e não eram poucas. Todas estavam relacionadas às péssimas garantias e condições de trabalho e também aos atrasos e calote no pagamento.

A tripulação não aceitava o atraso não! As vezes tinha até reunião para desatar a madeira. Aí o patrão ficava louco. Era prejuízo na certa, mas eles não podiam fazer nada não dava p'ra culpar ninguém. O pessoal dizia que foram as ilhas que não dá p'ra perceber. Elas ficavam embaixo da água⁸⁸

Este tipo de resistência pode ser vista como sutil e silenciosa, mas com significações marcantes. A operação em si pode trazer problemas para estes trabalhadores, como a continuação do atraso em seus pagamentos. No entanto, garantia prejuízo significativo aos

⁸⁶ MAFESOLI. op. cit. p.44.

⁸⁷ Entrevista com Serafim Mergan, op cit.

⁸⁸ Entrevista com Francisco Alves de Matos, op cit.

patrões. Em represália a sua prática desonesta, os trabalhadores decidiam pelo não resgate da madeira.

Assim, o fato de não participarem no resgate da madeira, evitando o roubo da mesma que ia rio abaixo, demonstra um certo ar de contrariedade em relação as desconsiderações por parte do patrão. Se a perda da madeira caracterizava por um lado problemas com o pagamento de seus salários, muito mais afetava a vida do empresário que além de perder o seu patrimônio e investimento ficava atolado em dívidas, inclusive com o trabalhador da balsa.

Depreende-se daí, portanto, que estes trabalhadores envolvidos à organização das balsas, não estavam presos as relações de trabalho historicamente determinadas, mas que desempenhavam papéis ativos na construção de sua própria história. Apesar do empresário continuar sendo o dono das balsas, estas estavam sob controle dos práticos e peões que exerciam um poder silencioso.

A experiência do práctico Chico do Mato torna-se surpreendente. O controle da balsa efetivamente estava em suas mãos. A experiência e o conhecimento redefiniam seu próprio papel, seu poder e até mesmo seu status perante a classe dos empresários.

No poço preto tinha uma cerração que era mesmo que ter um pano nos olhos, assim. Daí o Mathias Malmann, que era o dono vai e disse assim: Seu Chico agora que eu quero ver a tua sabedoria. Eu tô junto, eu quero vê nessa cerração como tu faz. Mas, o remoque quando cai numa cachoeira a gente sabe, né? Porque cada cachoeira tem uma ilha em ve (V).Pra saber como o remoque tá, na cerração a gente vai na frente dele e faz assim (ele junta as duas mãos a boca e grita) ó. Onde dá mais perto (eco) tá mais perto do mato. A gente cuida. O home ficou quieto e olhou⁸⁹.

Mas o movimento no Rio não dava somente em torno da exportação da madeira. Existiam outras atividades que muito colaboravam para a apropriação do Rio por parte da cidade. Era na verdade mais um espaço se constituindo a partir das práticas e relações que daí emergiam.

Além da lavoura de subsistência São Carlos destacava-se por ser grande produtor de fumo⁹⁰. Este produto era exportado para o mercado riograndense através da Cooperativa São Carlos (1933) fundada por Nicolaus Schoemberger, Pedro Hoss e Carlos Grutzmann. Como não existia mercado na Vila ou na região para a venda do fumo, Nicolaus Schoemberger, através de lanchas, ia até o Rio Grande do Sul e negociava o fumo. A espera era marcada com aflição

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Jornal "A Voz de Chapecó". n° 208. p. 02. 07/11/1948.

pelos familiares e pelos colonos, estes para ver o resultado das vendas e aqueles pelo retorno do marido/pai. O Rio, portanto, pode ou não trazer uma esperança. Aquilo que para os colonos representava o início de melhores dias.

Meu pai então foi de lancha pelo Rio. Foi pra Santa Cruz vender o fumo. Ninguém acreditava. Uns 15 dias depois ele voltou trazendo dinheiro pros colonos. Eu vi gente chorando porque não acreditava que ia dar certo. Eles tinham crédito na Cooperativa, que tudo que eles compravam era anotado na caderneta. Meu pai fez as contas e os colonos ainda levavam dinheiro pra casa. Foi a coisa mais linda que até fizeram uma festa⁹¹.

O relato de Maria Beirith permite pensar então, este rio como algo que dá passagem. Simboliza o reinício de uma vida com o sonho de que na concretude do cotidiano a vida ali iria melhorar. O compartilhar a alegria, mobilizava a coletividade a festejar. O retorno de Schoemberger transforma-se nas “bodas de Canaã” ou talvez o início da fartura. Mas o Rio Uruguai não servia de cenário unicamente para as idas e vindas ao mercado riograndense ou aos portos na divisa com a Argentina.

Os ensaios de bandinhas também eram realizados às margens do Rio Uruguai e eram organizadas pelos próprios colonos. A formação das bandinhas em São Carlos trazia a idéia muito forte de preservação cultural. A maioria dos participantes trazia a prática de tocar na “Colônia Velha” e deixavam claro, uma forma de luta pela sobrevivência de uma identidade cultural.

Embora o trabalho na roça fosse desgastante, as reuniões a beira do rio Uruguai, após um dia de trabalho árduo, eram mantidas. Não inibia a idéia de caminhar até o Rio, já que ensaiar representava manter vivo os laços visíveis de identificação, de cumplicidade. Era um dos momentos de espetáculo e comunhão. “A gente já tocava na Colônia Velha, depois do trabalho a rapaziada foi lá pro porto. Então, cantemos lá, a gente escutava muito bem por que o som foi pro outro lado do rio e a gente ouvia de novo”⁹².

Dentre as relações que a coletividade mantinha com o Rio, este enquanto espaço acústico inovava na sensibilidade. O tom da música e afinação dos instrumentos tinha como maestro o Rio e sua mata. Para Seabra as várzeas dos rios Tietê e Pinheiros, foram apropriados pelos moradores da cidade como lugar/espço de recreação⁹³. Pode-se pensar no Rio Uruguai

⁹¹ Entrevista com Maria Beirith, op cit.

⁹² TERNUS, op. cit.

⁹³ SEABRA, op. cit. p. 107.

de modo análogo. A apropriação dava-se a partir do desejo de estar junto de sentir em comum, mas também, de manter viva a experiência que acentua a existência do grupo. A música neste espaço, enquanto valor cultural constituía a base da sociabilidade. Ali, sem instalação própria, os músicos inspiravam-se e tocavam. A afinação dos instrumentos era feita, quando todos voltados para a outra margem do Rio, tocavam seus instrumentos. O retorno do som, em forma de eco - a mata fechada e densa propiciava o eco - possibilitava-os afinar seus instrumentos musicais.

Embora - o único cenário do Rio fosse como palco para as bandinhas de migrantes - esta prática reelaborada e recriada a beira do Uruguai transubstanciava-se em “espetáculo e comunhão”, onde os participantes e observadores regozijavam-se sobremaneira - o toque da gaita do gaiteiro caboclo e sua dança era aceito e apreciado, sobretudo pela descontração do toque e pelo ânimo que dava ao trabalho. “Na saída do Rio Moraes para o Rio Uruguai, local onde estava o porto faziam festas ao ar livre. Mesmo na saída das balsas existia um gaiteiro, animando o embarque. Embora nesta hora fosse tudo atropelado”⁹⁴.

Era, portanto, o ponto de encontro onde o músico, o peão, o prático, o comandante e todo um grupo de observadores - que em torno do porto se fixavam temporariamente - estavam ligados pelos laços das atividades cotidianas. O gaiteiro e sua música vivificam os interesses de grupos e seus valores culturais. A música era um deles. Portanto, neste universo cultural a música representada pelas bandinhas, estava afinada com a necessidade cultural de ser preservada.

Ressalta-se, portanto, que embora a música propiciasse uma harmonia momentânea, a figura do caboclo, era sempre muito bem controlada. Mergan aborda que:

*essa gente é criada sem muita civilização. Não se espera deles muita coisa. A música ta sempre ligada à bebida e uma festa só é bonita e boa se um dos participantes é esfaqueado. Eles são bons trabalhadores quando precisam de dinheiro. Se tem erva-mate passam a vida tomando chimarrão*⁹⁵.

Esta visão estereotipada da figura do caboclo faz as relações à beira do rio possuírem a sua ambigüidade. O caboclo é bom trabalhador, mas não serve para deter poder. É bom companheiro, mas deve ser tratado com cautela. Assim, a representação que se faz destes homens está sempre em choque com a representação do colono migrante ou imigrante. Este é visto como trabalhador, ponto nodal na construção de prósperas “comunidades” e realizador de

⁹⁴ Entrevista com o Padre Fredolino Zimer realizada por Juçara N. Wolff em São Carlos no dia 29.07.1994.

⁹⁵ MERGAN. op cit.

serviços bem feitos. Não era a toa a preferência destes, no processo de carregamento das balsas.

O espaço do rio portanto, pode ser visto e analisado enquanto espaço privilegiado onde múltiplas práticas estabelecem infinitas possibilidades de relações. Se na maioria das vezes as relações tendem a ser vistas unicamente como relações de classe, cabe dizer que estas, engendram no seu desenrolar outras relações que podem se desdobrar em relações de poder, de solidariedade, de companheirismo, de gênero, de etnia ... enfim foi tentando jogar luz nestas relações que se percebe o espaço do rio como que possibilitando a redefinição de valores culturais. A apropriação do rio, seja pelos trabalhadores, seja pelas bandas e músicos ou pela coletividade, permite redefinir o significado do rio no contexto da cidade.

// CAPÍTULO

BANDINHAS E A FESTA DO KERB: Um Espaço de Sociabilidade

E fomos recepcionados:

*“Por uma charanga de amadores onde um rabeção cavernoso,
enche os claros dos estampidos com as notas doces e incertas
de um dobrado festivo”*

Othon Gama D’Eça

2.1. Organizando a colônia; organizando os grupos musicais

Como prática costumeira, a música representada através de bandinhas locais foi, e, é utilizada pela coletividade em São Carlos no sentido de fazer reconhecer uma identidade cultural⁹⁶. Desde a sua fundação em 1927, a prática de tocar em grupo ajuda a compor uma imagem da colônia, esta peculiaridade foi observada e registrada por Othon D’Eça ao visitar, acompanhando a comitiva do Governador Adolfo Konder em 1929, o oeste catarinense⁹⁷.

Responsável em registrar os passos do Governador em cada colônia que visitasse, Othon D’Eça possibilita visualizar através de seus relatos, escritos em forma de diário, não só as possibilidades economias destas recém nascidas colônias, mas também, as peculiaridades de seus cotidianos. Visitar o oeste catarinense significava observar “in locus” os problemas e dificuldades que aquele coletivo possuía, no entanto, representava também, reconhecer e fazer-se conhecer naquela parte do território⁹⁸.

⁹⁶ VELOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vol. 3, nº 06, 1990. pp. 207 - 228, percebe como os espaços sociais construídos em torno das tias baianas são caminhos utilizados na preservação de uma identidade étnica cultural. Utilizo-me, portanto, desta leitura para perceber a formação das bandinhas em São Carlos como uma prática na preservação de uma identidade cultural.

⁹⁷ A visita de Adolfo Konder, conforme Artur Ferreira da Costa (1929), retrata a preocupação política do governo do Estado, no sentido de reinterar o oeste ao “corpo” catarinense.

⁹⁸ A este respeito é muito esclarecedor o texto de Jacques Revel. Conhecimento do território, produção do território: França, séculos XIII - XIX. In: REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989. pp. 103-158 - no sentido de se perceber a viagem política em forma de governo e apropriação do território via presença/imagem do soberano, bem como fazer-se conhecer.

Ressaltando sempre o aspecto positivo da ação colonizadora, os observadores destacam os núcleos coloniais como sendo vilas encantadoras, “jóia brasileira, largada ao descaso e à desnacionalização”⁹⁹. Toda a questão da desnacionalização do oeste estava ligada a problemática das fronteiras. Era necessário efetivar a soberania nacional na região. Para isto, era fundamental acabar com a situação precária existente com relação a comunicação e infraestrutura: “*Falta-lhe, em grande parte, contato com a civilização, rodovias, ordem, garantias, justiças, instrução primária e cívica brasileira*”¹⁰⁰.

E mais, a preocupação segundo relato de Artur Ferreira Costa, chefe de polícia no governo de Adolfo Konder, não se restringia ao Estado. A preocupação era mais ampla: “*Os olhos do país e do estado estão voltados para o oeste, por motivo de ordem ligado à fronteira*”¹⁰¹.

Se a questão da soberania era preocupante por um lado, por outro destaca o tipo de empreendimento desenvolvido na região e seu futuro próspero. Os méritos estariam na junção de três importantes fatores: a fertilidade do solo, a ação inteligente dos colonizadores e o braço do homem disposto ao trabalho - o colono¹⁰².

Uma das características marcantes da colonização no oeste catarinense está no fato desta ter ocorrido com migração de alemães e italianos oriundos de diversas colônias do Rio Grande do Sul. Segundo Giralda Seyferth quase todas as colônias instaladas no século XX, possuem um certo perfil comum. Os migrantes foram: “*assentados em áreas de florestas, a demarcação de lotes acompanhando os vales dos rios. Em todas elas houve a formação da sociedade camponesa com a economia baseada na pequena propriedade policultora*”¹⁰³.

Assim, é possível pensar que esta foi uma colonização planejada e orientada no sentido de dar lucro. Por isso, cada empreendedor, segundo Peluso, dedicou-se ao máximo as colônias de sua gleba, tirar o máximo de proveito possível. O traçado da colônia e seu núcleo urbano eram devidamente planejados de forma a agradar, pelo menos em nível de planta, os agricultores que eram exigentes. Deste modo, em virtude da ocupação imediata dos colonos e mesmo porque esta era uma das exigências do contrato, as obras dos colonizadores: “*já nasciam com arruamentos, lotes urbanos demarcados e serviços indispensáveis - casa*

⁹⁹ COSTA, Artur F. Op. cit., p. 23.

¹⁰⁰ Idem. p. 23.

¹⁰¹ Idem. p. 23.

¹⁰² BOITEUX, José Artur. *Oeste catarinense*. Florianópolis: Livraria de Alberto Entres & Irmãos, 1931.

¹⁰³ SEIFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, nº 26, ano 9, out/1994. p. 104.

comercial, Igreja, escola, hotel”¹⁰⁴. “cada uma das povoações, atendia as populações rurais do seu redor, fornecendo-lhes bens e serviços, através de caminhos e estradas que para este fim traçaram os colonizadores”¹⁰⁵.

Paul Singer analisando a questão da migração, cita os fatores de estagnação como propulsores de importantes fluxos migratórios que dirigem os grupos de zonas rurais mais antigas para outras mais novas¹⁰⁶. A experiência da qual fala Peluso, portanto, deriva desta questão. Os migrantes que se fixaram no oeste catarinense eram colonos em terras gaúchas. O esgotamento do solo, o retalhamento das propriedades e a descapitalização de grande parte dos colonos gaúchos colaboraram para a migração.¹⁰⁷

Além da migração gaúcha, a Companhia interessou-se em trazer colonos estrangeiros. Depois de algumas tentativas frustradas com relação a este tipo de imigração, as terras da Companhia Sul Brasil foram visitadas pelo Comissariado de emigração da Alemanha. Em 1930, após tal visita a Alemanha enviou 1.200 agricultores teuto-russos¹⁰⁸, a maioria deles, com prática em uma agricultura já mecanizada como era o caso de Nicolaus Beirith: “Na Sibéria já trabalhava com trator. Era tudo plano. Não tinha morro nem pedra. Aqui tinha muito morro, pedra e mosquito”¹⁰⁹.

A impressão negativa que estes imigrantes tiveram, marcou suas vidas de forma tal que muitos sentiram o desejo de retornar. As dificuldades estavam principalmente relacionadas ao desconhecimento da mata e do tipo de relevo. Alexandre Beirith, filho de Nicolaus fala:

Eu me lembro que meu pai falava com os outros que a gente tinha sido enganados. Eles mostraram as partes da terra já arrumadas para o pessoal da Alemanha. Quando a gente chegou, fomos p’ra um lugar que pra entrar tinha que abrir picada. A gente nunca tinha visto aquilo. A minha mãe quase morreu.¹¹⁰

Com tantas dificuldades e imprevistos, tanto a migração gaúcha quanto a imigração teuto-russa, encontraram barreiras naquela terra que aos olhos de observadores - que a viram trabalhada - era a “terra prometida, a terra de Canaã”. Procurada por tantos e achada somente

¹⁰⁴ PELUSO, Víctor A. Evolução da cidade de Chapecó. Op. cit. p. 292.

¹⁰⁵ Idem. p. 293.

¹⁰⁶ A este respeito ver: SINGER, P. Op. cit., p. 46.

¹⁰⁷ A este respeito ver: WERLANG. É interessante observar todo levantamento feito por Werlang a respeito da migração.

¹⁰⁸ A respeito desse aspecto ver: PIAZZA, W.

¹⁰⁹ Escritos pessoais de Nicolaus Beirith. (datilografado)

¹¹⁰ Entrevista com Alexandre Beirith. Op. Cit.

pelos escolhidos. O processo no sentido de superar dificuldades foi moroso e, muitas vezes, desgastante. Jacob Ternus lembra:

Pra essa gente, foi difícil também. A maioria não sabia lidar com a terra, com esse mato. Eu me lembro o Pedro Sebastiani, a Cia botou ele lá com os russos pra ensinar a trabalhar. Eles queriam cavalcar a terra, eles queriam tirar tudo os troncos, isto também não daria. Eles nunca terminava esse serviço. Era difícil pra eles também porque eles não sabiam esse sistema. Pra nós era mais fácil porque nós conhecia de lá, de lá da colônia velha.¹¹¹

Em meio a tantas frustrações, caminhos eram encontrados para superar as decepções com a terra, com a pobreza e com a falta de perspectiva na “colônia nova”. Trabalhar para a Companhia era uma delas. A obrigação da abertura de estradas e da sua manutenção, estava a cargo das Companhias¹¹². Neste caso, muitos colonos, como alternativa de conseguirem algum dinheiro trabalhavam na construção das estradas. O dinheiro que ganharam era utilizado na compra de produtos que não possuíam como a farinha, o sal, o açúcar, querosene... Pedro Ternus lembra que a batatinha, a mandioca... Isto eles tinham porque plantavam. Enquanto que outros produtos eram buscados no Rio Grande do Sul, através do Rio Uruguai, já que para ir até Iraí também no Rio Grande do Sul, só que mais próximo - divisa - era mais difícil, devido a precariedade das estradas. A esperança no futuro não se concretizava só no trabalho. Os observadores oficiais¹¹³ salientavam o esforço, o determinismo, a força e a sede de progresso dos colonos ao chegarem na região. Segundo Zedar P. da Silva “Grande colheita que se espera em 1952 é uma prova de que os responsáveis pelo progresso daquela terra não estão dormindo”¹¹⁴ e mais “O campo, a lavoura, o labutar com o solo e o tempo, são outras maravilhas, afirmações de vitalidade”¹¹⁵

Além daqueles, o jornal “A Voz de Chapecó”, em vários momentos, dá publicidade à questão do progresso e da civilização que está chegando à região através das mãos dos colonos. “Chapecó não é um deserto nem tão pouco um antro, é sim um município dividido em 14 distritos populosos, alguns dos quais possuidores de amplas conquistas de progresso e desenvolvimento alcançados pelo próprio esforço de sua gente e sem auxílio de governos”¹¹⁶

¹¹¹ Entrevista com Jacob Ternus. Op. Cit.

¹¹² Ver WERLANG, A.

¹¹³ Refiro-me aos integrantes das comitativas governamentais que penetraram no oeste catarinense; respectivamente, Adolfo Konder (1929) e Irineu Bornhausen (1952).

¹¹⁴ SILVA, Zedar. P. Op. cit., p. 49.

¹¹⁵ Idem. P. 31.

¹¹⁶ “A Voz de Chapecó” - nº 25 - p. 01, 24/12/1939.

Tem chegado seguidamente caminhões repletos de colonos do estado do Rio Grande do Sul, nesta cidade e região `a procura de colônias. Chapecó dado a fertilidade extraordinária de suas terras está sendo procurada diariamente e, recebendo em seu seio o impulsionador de seu progresso: o colono.¹¹⁷

Esta preocupação estava encadeada ao processo de defesa da economia catarinense - exportação de madeira - expoente da economia oestina de 1920 a 1945 e, que estava sendo contrabandeada aos países platinos. No entanto, estava também aliada a desconstrução da imagem da região elaborada por jornalistas dos Diários Associados que a descreveram como uma terra sem lei, sem dono, terra de gangsteres¹¹⁸.

Por dentro deste emaranhado de acontecimentos estão os sujeitos dessa história. Homens e mulheres que experimentam o seu cotidiano, que encontram formas para manter uma cultura que passa por formações e transformações, mas que não se esvai com a água da chuva. A organização das bandinhas assim revela, segundo Padre Zimmer, estes grupos musicais passavam freqüentemente por crises, mas nunca deixaram de existir. Eram todas criadas por pessoas da própria coletividade que cantavam, não raras vezes, à beira do rio Uruguai e por isso a colônia, em seu início era conhecida como Porto dos Cantadores. *Por volta do início do povoamento enquanto não se pensava em cidade ainda, eles se colocavam a cantar na beira do rio*¹¹⁹

Tocar, portanto, para esta coletividade assumia uma aura de magia. Os vários espaços e motivos para o tocar não estavam pré-determinados pelas normas de sociabilidade e nem tão pouco este ato estava aliado ao ar da excepcionalidade. Emaranhando-se com a ordem habitual o tocar também fazia parte do cotidiano dessas pessoas.

A diversidade de tocar existente em São Carlos permite visualizar estratégias pelas quais estes tocadores tentavam preservar esta tradição. Seja tocando embaixo de uma árvore, seja à beira do rio, seja em conjunto ou individualmente, o tocar não se extinguiu. Frente às crises, reaparece sempre reelaborado e, é esta magia de fluir que permite percebê-lo enquanto algo que identifica o grupo.

Nos relatos daqueles que participaram ativamente das bandinhas, sobretudo tocando, ou daqueles que participavam subjetivamente, o tocar era uma prática freqüente em seus

¹¹⁷ Idem. nº 22 - p. 04, 02/12/1939.

¹¹⁸ A este respeito ver com maior detalhe a discussão trazida por BELLANI, Eli M. Op. cit., p. 316.

¹¹⁹ Entrevista com Pe. Herbert Jerônimo Zimmer. Op. cit.

cotidianos. As reuniões exerciam papel fundamental na socialização do grupo que ali estava ensaiando. As bandinhas, em sua configuração, já representavam um convite à dança, às festas, aos bailes. Portanto, como nos fala Chartier a respeito da *“imagem no frontispício”... ou na última página do livro, que classificando o texto, sugerindo uma leitura, construindo um significado pode ser visto como um indício identificador.*¹²⁰

É isto que torna possível entender as práticas em torno da música para além das barreiras do lúdico. Elas, é possível dizer, configuravam-se em panteão na preservação de valores culturais onde se destacam as bandinhas.

Peter Burke, ao estudar a cultura popular na Europa pré-industrial, dá ênfase ao cotidiano das pessoas ditas comuns, às suas representações teatrais e os rituais que encenavam para si mesmas. Dentro desta perspectiva faz menção à importância dos cenários no qual se desdobram uma variedade de eventos. Diz também que necessário se faz para a análise de qualquer item cultural situá-lo no contexto, o que *“inclui o contexto físico ou o cenário social, público ou privado, dentro ou fora de casa, pois esses espaços físicos ajudam a estruturar o evento”*¹²¹.

Em São Carlos os cenários de ensaios das bandinhas também eram vários bem como, em muitas ocasiões, inusitados. Suas apresentações também possuíam um caráter improvisado já que em meados da década de 1930, utilizava-se o galpão onde se estocava fumo para realização dos bailes. Pensar neste contexto é pensar na historicidade desse elemento cultural que cotidianamente foi estabelecido, mas também significa perceber sua elaboração a partir de relações sociais que foram estabelecidas ou não.

A entrada dos migrantes oriundos do Rio Grande do Sul, nas glebas da Companhia Territorial Sul Brasil, foi penosa e muitas vezes fatal. Alceu Werlang descreve em seu trabalho as minúcias da trajetória desses migrantes em busca de seu “pote de ouro”. A vinda para Santa Catarina incluía a venda de todos os bens em território gaúcho, já que os propagandistas, no afã de venderem os lotes, não alertavam os colonos com relação às dificuldades que encontrariam na “nova terra”. Mas o trajeto a percorrer era, no mínimo, desanimador. Muitos, parte da viagem, vinham de carroça, outros de animais com cangalhas. A travessia do rio Uruguai possuía seu

¹²⁰ CHARTIER. R. Op. cit. , 133.

¹²¹ BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 132.

perigo, além do que, a caminhada através de picadas até as terras que iriam ocupar era de no mínimo 80 km¹²².

Na caminhada em busca da terra, migrantes alemães, na maioria, oriundos de Santa Cruz do Sul e São Leopoldo - Rio Grande do Sul¹²³, em frágeis carroças e, pequenos barcos a motor, traziam em suas bagagens a esperança de construir seu “favo de ouro” para utilizar uma expressão de Othon D’Eça. No dizer de Ilsa Klein, filha de um dos “pioneiros”: *“a nova terra traria riqueza. Meu pai e quem veio com ele pensavam assim”*¹²⁴

Pierre Nora diz que a necessidade de memória é uma necessidade de história. Uma história diria eu, com desejo de ser contada. Se os clarões desta memória, que fluem através das lembranças de homens e mulheres, não tiverem seus suportes exteriores, podem tornar-se tão individualizadas a ponto de terem significado apenas para si mesmos. Eis aí a importância do grupo afetivo do qual fala Maurice Halbwachs

*Para que nossa memória se auxilie com as dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum... É necessário que a reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros ... o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte da mesma sociedade*¹²⁵.

Porque é em meio às “circunstâncias sociais definidas” que as lembranças afloram, impulsionadas pelos sentimentos e inquietudes na qual elas estão submersas.

As conversas/entrevistas realizadas com vários personagens em São Carlos foram sempre acompanhadas pelo Senhor Alexandre Beirith, imigrante teuto-russo fixado em São Carlos, desde os seis anos de idade. Hoje com 75 anos, traz em sua memória as páginas às vezes, ofuscadas pelo tempo, da sua história e da “sua gente”.

O interessante em todas as suas conversas - digo conversa porque o fio que conduzia as entrevistas estava justamente nas noções comuns, no fazer parte do grupo do qual fala Halbwachs - era o fluir, o diálogo incessante, como se fosse tão somente um comentário a parte do acontecido. A impressão que senti muitas vezes, foi de estar participando com eles daqueles momentos vivos que estavam encrustados em suas memórias. Os gestos, o falar, o olhar, os

¹²² WERLANG. op. cit., pp. 109-116. Alceu Werlang traz com ricos detalhes as primeiras dificuldades enfrentadas pelos pioneiros, desde a sua chegada até a instalação em terras da Companhia.

¹²³ Para maiores informações ver WERLANG. op. cit., p. 107-109.

¹²⁴ Entrevista com Ilsa Klein por Juçara N. Wollf em São Carlos no dia 25/04/1995.

¹²⁵ HALBWACHS. op. cit., p. 34.

sentimentos revelavam a cumplicidade no relembrar, ao mesmo tempo em que davam evidências de sua cotidianidade.

É envolto nesta intensidade com o sujeito, permitida através da “história viva”, que Ilsa Klein remexe sua memória e relembra a sua vinda e de sua família para São Carlos.

Meu pai, Gustavo Johann mais um primo Mathias Johann vieram para fazer negócios. Como a colônia era nova, meu pai queria vir para abrir um comércio. Primeiro ele abriu uma loja em Cascalhos, depois aqui em São Carlos. Ele vendia de tudo por que não tinha nada de comércio de produtos. Ele vendia feijão, farinha, sal, banha. Tudo. Depois ele começou a botar tecido¹²⁶.

Gustavo Johann além de ter um comércio de produtos “secos e molhados”, também era agenciador na venda de terras da Companhia. A existência de um comércio na colônia facilitava a vida de muitos colonos, muito embora, na maioria das vezes, o colono não dispunha de dinheiro. Jacob Ternus fala a este respeito: “no início se tinha um dinheirinho, porque as terras na colônia velha foi vendida. Mas depois, que acabou o dinheiro era difícil”¹²⁷.

Entre as lembranças de Ilsa Klein figuram as imagens a respeito da música. Relembra que seu pai, mesmo em tumultuada carga e descarga de bagagens, não largou nem esqueceu a prática de exercitar seu violino. Na “nova terra” o instrumento era sonorizado embaixo de uma árvore de sombra, junto de amigos ou a beira do rio Uruguai.

O pai tinha um violino. O meu irmão também. O Sehnen era gente boa pra cantar. Então, quando a tristeza batia de mais eles se juntavam. Mas eles tocavam com toda a atenção, com todo o amor ... Já que a gente cantava ali, disse meu pai, então vamos botar o nome de Porto dos Cantadores¹²⁸.

¹²⁶ Entrevista com Ilsa Klein. Op. cit.

¹²⁷ Entrevista com Jacob Ternus. Op. cit.

¹²⁸ Entrevista com Ilsa Klein. Op. cit.



A primeira banda conjunto de São Carlos

Acervo: Museu Histórico de São Carlos.

2.2. Grupos Musicais: a constituição dos espaços de tocar

Portanto, o Rio pela sua magia atraía para si os grupos que desejavam ensaiar ou simplesmente tocar. Se eram ou não as facilidades dos encontros que os moviam a este cenário, certo era que o Rio exercia papel fundamental na afinação dos instrumentos. O colaborar na sonoridade das notas era portanto, algo realizado em grupo. Ilsa ainda fala de uma tristeza que se abatia sobre o seu pai e que o fazia reunir-se com amigos para tocar. O companheirismo, em meio a tantas dificuldades movia estes migrantes a pensarem em um futuro melhor. O ato de

tocar não era só um momento para tentar exorcizar as tristezas e angústias com as dificuldades materiais, mas também uma forma de identificação do grupo que fornecia o lado lúdico, tanto quanto, assegurava formas de solidariedade engendradas pelo sentimento e pela emoção.

Nem sempre a relação de companheirismo estava presente entre os participantes do grupo. Ilsa Klein diz que certa vez o Sr. Olímpio Heidt ao participar de um serão, ficou descontente com a atitude de um dos participantes. Para Heidt o serão era para conversar sobre as dificuldades, cantar e tentar resolver os problemas que não eram poucos. Não era para atrapalhar o serviço das mulheres que na sua roda, em torno de uma fogueira, conversavam e trabalhavam na costura e bordado. Ilsa Klein afirma que Heidt só não quebrou o violino na cabeça do colono porque seu pai, Gustavo Johann, separou e acabou com a “farra”.

Esta narrativa exprime os momentos de tensões e “ranhuras” existente entre os sujeitos participantes de um mesmo grupo. Os laços étnicos e a necessidade de companheirismo são balizados por valores, sentimentos e comportamentos que estão indo e vindo. Heidt se sente ofendido e agredido pela falta de cumprimento das regras. Talvez esta ofensa faça sentido, ao se saber, que na roda de serão estava sua irmã. Ao bulir com as mulheres, o colono, na leitura de Heidt, ofendia a moral da sua família. Moral esta preservada a sete chaves pelo controle e vigilância da irmã.

Havia ainda as experiências dos teuto-russos com as bandinhas. Eles embora tenham chegado a São Carlos somente no início da década de 30, tiveram mais dificuldades de adaptação, a começar com o desconhecimento de saber lidar com a mata e sua fauna. Também por terem sido mandados para a região de Aguiinhas, onde a terra era extremamente pedregosa e cheia de morros. Os russos não tinham a prática com este tipo de terra, mesmo porque na Sibéria já trabalhavam com tratores e não mais com instrumentos manuais como a enxada e o machado¹²⁹. Não entendiam como a Alemanha tinha assinado este tratado com o Brasil. A terra não era igual a da Rússia. Não era campo e por isso, não eram acostumados a este tipo de trabalho.

Baseados também em suas lembranças que diretamente afetam o viver, estes sujeitos estão percebendo a construção de sua história ao mesmo tempo em que participam dela. Conforme Halbwachs, a memória aflora, através das lembranças dos grupos que ela une. Então, os fios que foram puxados nas conversas partilhadas por Alexandre Beirith, Jacob Ternus e Roberto Beckmkamp, fazem sentir esta comunidade afetiva, fazem perceber o partilhar de

¹²⁹ Escritos pessoais de Nicolaus Beirith. (datilografado)

experiências. Em temporalidades diferentes estes sujeitos participam objetivamente e subjetivamente do emergir das bandinhas. Os fios vão se entrecruzando, desenham os espaços ocupados pelos grupos musicais dando luz a momentos significativos do social: “A gente já tocava na colônia velha e aqui a gente se reunia com a rapaziada” (Jacob); “A nossa família toda era de música, cada um tocava um instrumento. A gente ensaiava em casa” (Roberto); “Na Rússia meu pai já tocava. Ele mesmo fazia o violino. Aqui ele organizou um conjunto com o Gisi” (Alexandre).

Em formas e espaços diferentes, as bandinhas eram um dado concreto para esta coletividade. As formas de participação também variavam. Seja através dos poucos encontros sociais: casamentos, batizados, serões ao redor da fogueira ... o certo é que os espaços eram constituídos e construídos pela sociabilidade, convivência...

Clemens Gisi em seus escritos, aborda a organização de um grupo musical com seu irmão e com Nicolaus Beirith, seu conterrâneo. Ambos eram russos e migraram por meios diferentes até chegarem a Santa Catarina. Gisi fala de seus vizinhos de colônia, os irmãos violinistas - Miguel e Nicolaus - e seu trabalho na colônia durante o dia. Salaria que embora trabalhassem exaustivamente na lavoura, ainda encontravam forças para carpintejar mesas, cadeiras, bancos e outros móveis. Seus vizinhos, os Beirith, em uma de suas visitas a família Gisi desafiaram Clemens a executar um projeto, segundo o qual ele deveria fazer dois violinos. Eles lhe dariam uma mão caso precisasse.

“Os dois irmãos violinistas vinham cada noite e ajudavam com grande interesse na execução do violino. E, em pouco tempo, lá estavam eles prontos. Embora não fossem ‘coisa fina’, dava para tocar. Notamos que a maior falta que sentíamos era de uma bandinha”¹³⁰.

O objetivo de criar uma bandinha, iniciando pela confecção dos instrumentos, pode ser lido como uma tentativa de preservar os valores culturais trazidos da Rússia e que os identificava como grupo social. Ultrapassar os limites da relação de vizinhança também pode ter na organização das bandinhas o seu início. Nicolaus em seus escritos nos diz que: *“No início não dava pra fazer muita coisa. A cidade era longe, a gente andava muito e também as festas eram poucas. A gente se reunia em torno da fogueira e tocávamos, tocávamos...”¹³¹*

¹³⁰ GISI, Clemens. *Eu fugi da Sibéria*. Chapecó: Amigos do Autor, 1985. p. 196.

¹³¹ Escritos pessoais de Nicolaus Beirith (datilografado).

Jacob Ternus também aborda a questão dos serões: “É. Ali por 1930, até ali, agora não me lembro bem, a gente se juntava com nossa gente mais uns amigos, fazia uma caça e tocava ao redor da fogueira. Era bom!”¹³²

Chartier ao vasculhar a respeito das diferentes práticas de leitura camponesa na França do século XVIII, percebe que se destacavam também os serões, como um componente obrigatório na representação do mundo camponês; lugar onde as leituras eram feitas em voz alta. Chartier interpela a posição dizendo que era desconfiável que houvesse leituras em voz alta nos serões, no entanto, os serões na cultura camponesa eram lugares: “do trabalho em comum, do jogo e da dança, dos contos e das canções, da confiança e dos mexericos”¹³³.

Bernardete Flores, ao trabalhar a farra do boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina, destaca também os serões. Ligados tanto ao cronos da natureza quanto ao cronos cultural, os serões existiam e resistiam em suas diferentes plásticas. Fosse na época gelada da tainha, na salga do peixe, fosse nas algazarras noturnas em torno do monte de mandioca, fosse em roda do lampião fazendo a renda.¹³⁴

Pode-se perceber, portanto, que estes são, por excelência, espaços de sociabilidade onde o tempo do trabalho se confunde com o tempo da festa.

A existência de serões durante a noite, pode ser vista como momentos necessários de comunhão, onde a família e amigos tornavam público ao redor da fogueira e ao som da gaita, suas angústias, alegrias, perspectivas de melhoras. Para Maffessoli este encontro simbolizaria a comunhão de emoções ou sensações, difundida nos atos mais cotidianos, no entanto importantes para a estrutura da vida social.¹³⁵

Nestes serões Jacob Ternus fala que as famílias participavam da “festa” ao redor da fogueira. Assim, as mulheres e as crianças participavam desses momentos mesmo que o horário fosse impróprio. Marta Hoss diz que as mulheres reuniam a criançada e então, cada uma contava o que tinha acontecido durante a semana. Todos, a sua medida, tinham espaço ao redor da fogueira. Seja tocando, cantando, dançando, planejando o futuro ou contando suas histórias, os serões eram espaços de sociabilidade onde as relações de convivência e de vizinhança poderiam ser intensificados, ao mesmo tempo em que poderiam ser restringidos.

¹³² Entrevista com Jacob Ternus. São Carlos. 25/04/1994.

¹³³ CHARTIER, R. Op. cit., p. 160.

¹³⁴ FLORES, Maria Bernardete R. *Teatros da vida, cenários da história*. São Paulo: PUC, (Tese de Doutorado). 1991. pp. 193-206.

¹³⁵ MAFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

O Rio também, como já foi abordado, transfigurava-se em ponto de encontro, lugar de ensaios. O grupo musical formado pela família Ternus, ensaiava a beira deste Rio. O cenário encarregava-se da afinação dos instrumentos. Pode-se dizer que o papel do Rio e da sua mata era a do timoneiro que levava seus tripulantes musicais à afinação desejada.

Ternus fala que mesmo após um dia árduo de trabalho na roça, não cansavam de caminhar até a beira do rio Uruguai para ensaiar. Estes momentos representavam manter viva a experiência de tocar em grupo, praticada na “colônia velha”.



Primeiros Músicos de São Carlos: Carlos Pilmayr, Aloisio Sebastini, José Ternus e Aloísio Ternus

Acervo: Museu Histórico de São Carlos.



Grupo Musical Família Beckenkamp.
Acervo: Museu Histórico de São Carlos.

Estas experiências de ensaiar, de reunir, de praticar pode fazer parte das estratégias de sobrevivência de uma identidade cultural. Em vários momentos do social, as bandinhas eram lembradas. Não havia festa sem bandinha. Os casamentos, os batizados, as festas religiosas como um todo, eram sempre animadas por estes grupos musicais. Eles possuíam sobre si a aura de reunir a coletividade. Além do que simbolizavam a “conservação de velhos usos”. Nicolaus Beirith lembra que após a formação da bandinha, esta não parou de tocar. Os espaços portanto, estavam sendo delineados os usos que deles se fazia: *“depois do conjunto formado, a estréia foi o casamento de Horoninus Jonas. A segunda vez foi o baile na casa de Pedrinho Ferrari. Depois em diversos casamentos”*¹³⁶.

Constituíam-se então, espaços de sociabilidade tanto quanto de socialidade, porque como fala Maffessoli *“existem momentos abstratos, teóricos, puramente racionais, e outros em que a cultura, no seu sentido mais amplo é feita de participações e de ‘facilidade’”*¹³⁷. As improvisações dos cenários talvez atestem o deslizar pelo campo da socialidade onde a grande norma está justamente em não tê-la.

¹³⁶ Entrevista com Alexandre Beirith. Op. cit.

¹³⁷ MAFESOLI, Michel. *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro: Forense, 1987. p. 108.

A presença das mulheres também marcava a composição destes cenários, além de serem as responsáveis pelo trabalho doméstico como lavar, cozinhar e cuidar dos filhos, muitas mulheres eram, igualmente, responsáveis em arrumar algum dinheiro para comprar os alimentos necessários: *“Enquanto eu trabalhava nas estradas para a Companhia, a minha mulher andava quilômetros, para conseguir vender um cesto de ovos para comprar farinha. Não conseguiu vender, nem trocar”*¹³⁸.

O trabalho na roça também era realizado pelas mulheres. A relação no campo de trabalho, nas pequenas propriedades colocava a mulher e os filhos como principais forças de trabalho. Enquanto o homem empregava-se, muitas vezes, como diarista na organização das balsas ou na construção das estradas, as mulheres comandavam sua colônia.

No início da colonização, em 1927, até o início da década de 30 a quantidade de mulheres na colônia, segundo Ternus era pequena. Em sua entrevista deixou registrado que no início vieram muitos homens solteiros. Mais tarde foi que chegaram as primeiras mulheres com 13 e 15 anos, muito novas. Outro fato que retrata a falta de mulheres na colônia foi quando o sogro de Jacob Ternus veio visitar seu filho mais velho, Aroldo. Ele era dono de uma ferraria e trabalhava com mais três rapazes. O serviço era demais e não dava tempo de fazer o serviço da cozinha, então: *“O velho, o pai dela viu que eles não tinha cozinheira aqui. Ele voltou para Serro Largo (RS) e trouxe ela pra cá, pra fazer o serviço da cozinha”*¹³⁹.

Até meados da década de 40, o trabalho feminino consistia basicamente nos trabalhos domésticos, na lavoura, na fabricação de banha e no artesanato como: travesseiros e cobertores de pena, as famosas colchas de retalhos e guloseimas, principalmente a cuca¹⁴⁰. A prática de comércio realizada por algumas mulheres estava relacionada a venda de algum produto, como ovos por exemplo, para a compra de outros. Às vezes, caso não se conseguisse vender, trocava-se.

As relações de companheirismo permeavam a vida cotidiana das famílias de colonos. Não estavam ligados tão somente aos laços de necessidade de força de trabalho, mas também às solidariedades do qual necessitava esse social. Ervino Hoss afirma que algumas vizinhas - vizinhas distantes - reuniam-se para costurar as cobertas de penas. Uma ajudava a outra. Era no trabalho de lavar, limpar e arrumar as penas no pano. O trabalho era dividido como se fosse em

¹³⁸ Entrevista com Alexandre Beirith. Op. cit.

¹³⁹ Entrevista com Jacob Ternus. Op. cit.

¹⁴⁰ Com a criação da Vila e posteriormente Distrito, o núcleo urbano começou a fomentar outras atividades no qual as mulheres também passaram a participar mais intensamente: escola, comércio...

uma fábrica, aborda Hoss. Participar nas bandinhas foi outro espaço no qual a mulher se fez presente. No conjunto musical da família Beckenkamp uma das filhas, era a figura principal. Embora desempenhasse o papel de baterista, Rosa Beckenkamp era elogiada por ter o ritmo certo e saber tocar bem.

Ser um integrante da bandinha em si, podia trazer uma carga de aversão, principalmente em relação às questões morais impostas pela Igreja. Peter Burke ao falar a respeito da reforma da cultura popular na Europa pré-industrial, salienta as denúncias por parte dos reformadores em relação a moralidade que envolvia esta cultura. Para eles as festas estavam relacionadas ao pecado. As peças, cantigas e sobretudo as danças eram condenadas por despertar emoções perigosas e incitar à fornicção¹⁴¹.

Se na Europa Medieval o ato em si de tocar era visto como pecado, o que se diria a respeito de uma mulher tocar um instrumento de percussão em público? No caso de Rosa Beckenkamp, em São Carlos, os valores culturais religiosos não interferiram na sua prática. Embora, seu irmão Roberto Beckenkamp saliente a boa aceitação da coletividade em relação a uma mulher tocar bateria, é possível que no embate desses valores culturais tenha surgido algum tipo de conflito.

O certo é que nos bailes, sobretudo religiosos a partir da década de 40, o Conjunto Jazz-Linha Tombos da Família Beckenkamp era a sensação do momento. “*A mana era bem aceita. Tocava bem, tinha o ritmo. Ninguém mexia com ela*”¹⁴².

2.3. Festa do *Kerb*: espaço de inclusão e exclusão social

Em meio as poucas festas existentes nesta colônia - já que a maioria estava ligada a casamentos e batizados - uma se destaca pela proporção que toma a partir de 1931: a Festa do *KERB*¹⁴³. Esta festa passou a ser comemorada a partir da fundação da Paróquia São Carlos Borromeu, santo protetor da Paróquia e por extensão, de toda coletividade. Sua organização estava veiculada aos moldes da tradição teuto-brasileira, por isto a denominação Festa do *Kerb*.

Nas colônias alemãs no Rio Grande do Sul, o *Kerb* em sua “significação mais profunda”, segundo Zuleika Mussi Lenzi estava associado à manutenção dos laços de solidariedade e na fuga de um completo isolamento, causado pelas distâncias entre as propriedades dos primeiros

¹⁴¹ BURKE, P. Op. cit., pp. 235-236.

¹⁴² Entrevista com Roberto Beckenkamp realizada por Juçara N. Wolf em São Carlos no dia 05/10/94.

¹⁴³ Livro Tombo da Igreja São Carlos Borromeu do Município de São Carlos. (sem paginação)

colonos imigrantes do Rio Grande do Sul. Assim, “o *Kerb*, no fundo, se tornou, uma festa com o sentido de um encontro anual entre parentes e amigos ou conterrâneos mais chegados, tendo em vista a atualização de suas informações sobre a vida social e a prestação de ajuda mútua”¹⁴⁴.

Embora LENZI trabalhe sobre esta hipótese, outra possibilidade a respeito da prática do *Kerb* foi levantada, qual seja, a relação direta com a instalação e inauguração da paróquia em época imediatamente posterior a colheita e, a relação direta com a festa alemã “*Kirchmesse*” - festa da igreja - praticada mais especificamente na Renânia, no sul da Alemanha.

A busca de uma origem a respeito do *Kerb*, não se constitui aqui, foco de preocupação. Peter Burke fala a respeito da tradição e criatividade no século XVIII na França, onde os sujeitos não eram dominados pela tradição que conservavam pelo contrário, sentiam-se livres para reinterpretá-la¹⁴⁵. Esta margem de inovação contorna as inúmeras variantes do *Kerb* no Rio Grande do Sul, sobretudo nas regiões de Taquari, Jacuí e Caí, tanto quanto as de Santa Catarina na região oeste. Pensar a Festa do *Kerb* como representação fiel a um passado trans-histórico, seja da Alemanha ou Rio Grande do Sul é tentar construir um imaginário social a respeito de sua própria identidade ligada indiscutivelmente a uma tradição germânica intacta. A necessidade de se criar uma ligação com um passado histórico, visa reflorescer e inculcar, como nos diz Hobsbawm, certos valores e normas de comportamento através da repetição¹⁴⁶.

Mas o certo é que a Festa do *Kerb*, torna-se um importante cenário da vida social de São Carlos, tanto quanto palco para se perceber as relações sociais que são engendradas neste cotidiano. Embora tenha a sua aura religiosa onde a motivação está em comemorar a instalação da paróquia e seu santo protetor, o *Kerb* ultrapassava este limite, porque a festa não pode ser lida e nem “reduzida a um conteúdo determinado e limitado, pois na realidade, ela transgride automaticamente este limite”¹⁴⁷. Por ser esperada durante o ano inteiro, os preparativos para o *Kerb*, em si, já configuravam uma festividade. Nestes preparativos, a coletividade se reunia para organizar as várias etapas do ritual. Padre Zimmer cita que meses antes grupos de pessoas se reuniam para organizar as várias etapas da festa. No início não havia um único festeiro, mas alguns, geralmente relacionados ao Conselho de Fábrica¹⁴⁸.

¹⁴⁴ LENZI, Zuleica M. *O Kerb em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1989. pp. 37-39.

¹⁴⁵ BURKE. Op. cit., pp. 136-139.

¹⁴⁶ HOBSBAWM. Op. cit., p. 9.

¹⁴⁷ BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 241.

¹⁴⁸ Era um Conselho formado por leigos e nomeados pelo Bispo Diocesano, sendo, no entanto indicados pelo vigário. A Diretoria do Conselho de Fábrica empossada em 1931, tinha como seus membros, pessoas que possuíam destaque na colônia e que exerciam determinado poder. Fora o Pe. Henrique Buse que era vigário e portanto, líder religioso, Fredolino Zimmer era dono de uma serraria, Nicolau Schoemberger era professor

As fases da organização do *Kerb* incluíam a escolha dos dias para realização da festa - geralmente culminava com o período em que se iniciava a colheita do milho e do fumo - que ocorria no final do mês de outubro e início do mês de novembro, portanto um período de fartura e de intervalos, já que a colheita do milho por exemplo, tinha como primeiro passo a sua dobra no campo.

Além de todo o aspecto lúdico que envolvia os dias de festa, uma das principais características estava na fartura; na comilança, no sorteio de cucas, *wurst*¹⁴⁹, bolachas enfeitadas e muitas bebidas. Estas comidas e bebidas eram feitas pelos colonos e doadas à festa do *Kerb*. Era portanto, através da mobilização de uma rede de relações que os festeiros conseguiam arrecadar e comprar aquilo que seria comercializado na festa. Por outro lado, o imaginário coletivo que se criava a partir da representação da festa - imaginário da fartura, da igualdade entre as classes, da ausência do poder instituído - pode ser, como nos diz Baczko, uma das respostas que se dá, a própria coletividade, à seus conflitos, angústias, diversões¹⁵⁰.

Ao analisar os santos e as festas no catolicismo popular, Alba Zaluar salienta que as dádivas à festa do santo tinham especial importância para os lavradores, pois trariam proteção ao seu gado e as suas plantações. Seria uma forma de ressaltar a sua identidade com aquela “comunidade” simbolizada pelo santo que a todos abençoaria¹⁵¹. Além do que, a festa representava um tempo de exceção onde a fartura, a alegria, o movimento e a relação com o santo intensificavam-se.

Este tempo marcado pela festa, pode simbolizar para este imaginário um acerto de contas com o santo, tanto quanto simbolizar a renovação dos votos no sentido de que, durante mais um ano, a coletividade tenha a graça de uma boa colheita, da fartura e da alegria. É possível entender portanto, esta relação dentro de um sistema de reciprocidade específico entre coletividade e o simbólico/santo, que é expresso nos rituais da missa e da novena. Nestes rituais era recomendado pelo Bispo e, a nível local, pelo Padre, à reflexão e renovação dos votos. “*Em dias de missa e novena torna-se importante que o vigário ressalte as qualidades do Santo Padroeiro e incentive os fiéis a seguirem os passos de seu protetor*”¹⁵².

e mais tarde fundador da Cooperativa de fumo São Carlos, Pedro Ternus e Ervino Linck eram colonos bem sucedidos.

¹⁴⁹ WURST - Expressão em alemão que significa salsicha ou linguça.

¹⁵⁰ Ver: BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. Rio de Janeiro: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Oficial - Casa da Moeda, 1985.

¹⁵¹ ZALUAR, Alba. *Os homens de Deus (um estudo dos santos e das festa no catolicismo popular)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. pp. 65-72.

¹⁵² Livro Tombo. Carta de D. Daniel Hostin à Igreja São Carlos Borromeu, em 11/05/1932. (Sem paginação)

Na década de 40, os festeiros já não eram, necessariamente, membros da Diretoria da Fábrica, no entanto, continuava a ser alguém com destaque na comunidade e com relativas posses. Embora a festa fosse cunhada sob o estigma de festa do povo, pela dimensão que a mesma alcançava, esta igualdade momentânea desaparecia nas diversas etapas do festejo. A começar com a escolha do festeiro. Assim, em 1948, o Jornal “A Voz de Chapecó”, a pedido dos festeiros Sr. Izidoro Chapinotti - vereador e sua Exma. Sra. D. Jilda Muxfeld Chapinotti - convidava a todos do vasto Chapecó - onde São Carlos era distrito - a participarem da festividade em honra do glorioso São Carlos Borromeu¹⁵³. Ser festeiro então, significava a utilização de um espaço público de modo a dar publicidade a imagem privada do festeiro dentro da colônia.

Com a elevação da colônia a categoria de Vila na década de 1930, e a sua conseqüente ordenação, começaram a surgir espaços específicos para bailes e festas. Até então, os espaços da sociabilidade - bailes e festas - eram transportados para onde a coletividade fosse. Seja a beira do rio Uruguai, seja o galpão de fumo, a casa do imigrante, uma clareira no ponto alto da Vila, não importava, o espaço era criado. Padre Zimmer diz que: *“no local onde hoje está localizado o Hospital Pe. João Berthier, foi feita a festa do Kerb. O pessoal achou bonito. Limparam tudo e lá fizeram a festa”*¹⁵⁴.

Para além dos espaços criados, a instituição de lugares próprios à dança e à música florescia em São Carlos. Do tocar e do dançar no Porto a beira do rio Uruguai, o ato de tocar vai reelaborando-se e ocupando espaços limitados. Padre Zimmer lembra: *onde hoje está o Canecão existia um salão para bailes com palco e tudo, era o salão de Eduardo Kroth*¹⁵⁵.

¹⁵³ A Voz de Chapecó - 17/10/1948, nº 205. p. 05

¹⁵⁴ Entrevista com Pe. Herbert Jerônimo Zimmer. Op. cit.

¹⁵⁵ Idem.



Inauguração do Salão de Festas e Bares – 1933
Acervo Museu Histórico de São Carlos

O salão do Kroth era portanto, o espaço das festas e o espaço do baile do *Kerb*. Lugar de diversão, lugar que a festa se apodera e se instala e onde as pessoas desempenham seus papéis longe do cotidiano organizado. Portanto, a instituição de novos espaços e cenários, com a oficialização desta cultura, como nos fala Bernardete Flores¹⁵⁶, permite dar mais visibilidade a festa do *Kerb* e ao mesmo tempo, diria eu, um maior controle.

Se para a instituição religiosa a Festa do Padroeiro - *KERB* - era um momento de reflexão e renovação de votos, de modo a acentuar a identidade religiosa, por outro era uma forma de exercer, através do simbólico, o controle desta coletividade. Em circular enviada em 1932, registrada no livro tomo da paróquia São Carlos Borromeu, o Bispo D. Daniel Hostin ordena ao pároco que nas missas e novenas, sejam ressaltadas as qualidades do santo protetor para que todos possam imitar e desejar para si tais qualidades. Alba Zaluar, em seu trabalho “Os homens de Deus”, afirma que estas festas marcaram significativamente a autoridade do padre

¹⁵⁶ FLORES. op. cit. P. 238.

em todas as atividades religiosas e conseqüentemente a subordinação de seus adeptos à hierarquia eclesiástica no que se referia a questões religiosas¹⁵⁷.

No entanto, como diz Bakhtin, a festa não está presa a um conteúdo limitado, trancafiado nas presas do poder religioso, pelo contrário a festa por si só, possui seu movimento e engendra seus caminhos onde as inclusões e exclusões fazem parte desta mutação. Se o aspecto religioso através da festa constitui um componente obrigatório da representação do mundo desta coletividade, o certo é que este não se configura como sendo o único. Outras práticas sociais compõem este mundo da festa onde a cerimônia, o lazer e o divertimento eram vividos simultaneamente e onde o “fazer junto” é particularmente intenso.

Daí a necessidade em por em foco, os vários momentos que pontuam a festa. Dos preparativos ao grande dia - com baile, jogo de bocha, leilões de doces e de garrafas enfeitadas e a grande comilança - cada etapa possuía sua significação constituindo os rituais da festa.

No início da comemoração da festividade do Santo Padroeiro a festa durava de 3 a 4 dias, porque incluía toda a colônia. A paróquia era instalada na sede da colônia - vila - e, portanto, o ponto de encontro de todos que compartilhavam e se identificavam com aquela “comunidade” simbolizada pelo santo. A partir de 1953 e com a criação do município de São Carlos, as linhas passaram a ter sua própria paróquia, cada qual com seu santo padroeiro e com o seu próprio *Kerb*. A duração da festa diminuiu, sendo hoje utilizado, no máximo, dois dias, terminando as festividades com o grande baile do Padroeiro. Além da participação das pessoas que viviam na colônia, o Jornal “A Voz de Chapecó” de 1946, 1947, 1948 traz em suas páginas divulgação do “tradicional baile do grande *Kerb*”. O que pode significar uma reunião de pessoas oriundas dos vários cantos do município de Chapecó. A partir deste quadro, é possível pensar que o *Kerb* atrai a participação de diferentes grupos sociais e como aborda Mônica Pimenta Veloso em “As tias baianas tomam conta do pedaço”, configura-se em um espaço onde ocorre o intercâmbio de idéias e valores, através de uma estrutura de comunicação informal.

Certamente é ilusório pensar numa total harmonia e passividade nas diversas etapas que compunham o ritual do *Kerb*. Pelo contrário, as etapas iniciais em si, já representavam possibilidades de conflitos e distinções de posição social. A escolha do festeiro é marcante nesta questão. Para ser festeiro era necessário muito mais do que a identificação com o grupo religioso, era necessário possuir um determinado destaque social e econômico.

¹⁵⁷ ZALUAR. op. cit. pp. 58-79.

Ao analisar a figura do festeiro nas festas dos santos, Alba Zaluar destaca-o como a autoridade máxima a quem todos tradicionalmente deviam obediência. Era o representante do santo, no entanto, Zaluar destaca que só assumiam o cargo de festeiro aqueles que tivessem maiores posses na localidade já que tinha o compromisso de fazer os gastos necessários para que houvesse uma boa festa.

Isto permite pensar na analogia que permeia estas festas populares, sem descartar no entanto, as fendas por onde se percebe as reelaborações e recriações. Em Itá, na região do São Francisco, Zaluar percebe a importância que tinham os laços que a festa reforçava e como o prestígio social que assumia o festeiro estava ligado a sua capacidade de mobilizar uma rede de relações e de dar uma boa festa¹⁵⁸. Em São Carlos, embora o festeiro possuísse seu destaque e a propaganda fosse feita em seu nome, a boa organização da festa estava aliada à toda coletividade que de modo irrestrito era responsável por sua completa organização.

2.4. Entre o profano e o sagrado

Portanto, analisar o *Kerb*, significa ultrapassar sua estrutura fixa. Compreende estar atento ou não às mutações. O *Kerb* nesta coletividade era vivido como cerimônia e lazer. Os preparativos para a missa e a organização das novenas entrecruzavam-se aos preparativos do baile e do “banquete”. Havia uma reciprocidade específica na preparação do festejo. Todos colaboravam e à sua maneira participavam. Evidentemente que na mesma medida em que a festa espelhava a construção momentânea de “comunidade”, as fases do ritual se responsabilizavam em descaracterizar este imaginário. Estes momentos permitem perceber as contradições e conflitos que recheavam a festa do *Kerb* bem como as lutas silenciosas de resistências.

Um exemplo muito significativo está relacionado ao baile do *Kerb*, que sendo uma das etapas mais esperadas da festividade pode ser visto pela coletividade como a porta de entrada para o mundo utópico do prazer, utilizando uma expressão de Bakhtin. Como os períodos de festas restringiam-se àqueles ligados a Igreja e a eventos familiares, todos eram esperados e aproveitados, envolto a grande êxtase. A preparação de roupas especiais e de grande quantidade deucas e *wurst* era sinal que os dias do *Kerb* não eram dias comuns.

¹⁵⁸ ZALUAR. Op. cit., pp. 73-77.

Como já foi abordado, o dia do baile era o grande momento esperado. Toda a coletividade esperava para a liberação do salão que ocorria as 20:00 horas. Durante o dia já se anunciava a bandinha que iria animar o baile. Às vezes havia mais de uma, como aborda Clemens Gisi:

Passados dois anos houve uma festa da comunidade, que já se havia criado. A nossa fraca orquestra foi convidada para contribuir no embelezamento da mesma ... Devo dizer que esta festa foi organizada segundo a tradição dos teuto-brasileiros ali radicados ... Compareceu também uma banda musical composta de bem aperfeiçoados instrumentos que estavam em perfeita animação¹⁵⁹.

A participação de mais de uma banda, misturava-se a normalidade da festa. Geralmente, após a missa matinal, ocorria a apresentação das bandas¹⁶⁰, que representava um reforço ao convite à participação da coletividade em toda a festividade, inclusive e especialmente ao baile do *Kerb*. Mas o baile não se restringia a música e a dança. As práticas ali exercidas, de certa forma, representavam o mundo desta coletividade onde os conflitos e as resistências fluíam em toda a sua dimensão.

Dentro da concepção religiosa conservadora, a festa do padroeiro deveria ser festejada dentro das regras de solenidade e respeito da qual merecia o santo. Isto significa dizer que o ritual deveria ser permeado de novenas, missas e procissões de modo tal que cada devoto refletisse e almejasse para si os passos trilhados pelo santo bem como suas características de bondade, devoção ... É baseado nesta prerrogativa que o Bispo Dom Daniel Hostin, em 1932, solicita ao pároco, através de circular, para que a festa religiosa do Santo Padroeiro fosse limitada às missas cantadas precedidas por novenas. Isto porque: “os bailes e a música tiram desta festa, o caráter solene e de respeito que lhe é característico”¹⁶¹.

A idéia de desvincular os bailes da festividade solene, se por um lado está aliada a dispositivos de controles e condicionamento, por parte do poder instituído - no caso a Igreja - por outro faz emergir táticas para subverter tais imposições. A coletividade, após os atos solenes dirigia-se ao salão do Kroth e lá jogavam bolão, comiam cuca com *wurst* e depois faziam o grande baile. Depreende-se daí, portanto, que não existia uma total adaptação ao imperativo da moralidade religiosa. O baile, mesmo uma semana depois era organizado e denominado: baile

¹⁵⁹ GISI. Op. cit., p. 204.

¹⁶⁰ Entrevista com Jacob Ternus. Op. cit.

¹⁶¹ Livro Tombo. Op. cit.

do padroeiro. Isto nos faz pensar na idéia de poder pulverizado nos vários setores da vida social em suas formas específicas, gerando práticas de relações de poder¹⁶².



Integrantes do Bolão de Eduardo Kroth

Acervo: Museu Histórico de São Carlos

O fato de realizarem o baile do padroeiro uma semana após a comemoração, não descaracterizava o motivo. O salão era enfeitado com folhas de palmeiras, bandeiras e garrafas de cervejas ou vinhos enfeitadas - *kerbflasche*¹⁶³ - em homenagem ao padroeiro. Assim, realizar o baile posteriormente pode caracterizar táticas e sutilezas no sentido de reelaborar esta prática cultural. É possível dizer que aqui, conforme aponta Chartier, as práticas que se apropriam da festa do padroeiro criam novos usos e novas representações de modo tal que tais práticas podem ser vistas e entendidas como: “concorrentes, que as suas diferenças são organizadas pelas estratégias de distinção ou de imitação e que os empregos diversos dos mesmos bens culturais se enraízam nas disposições do ‘habitus’ de cada grupo”¹⁶⁴.

Se a organização do baile em si, para esta coletividade, era fundamental na representação da festa do padroeiro, muito mais o ritual que compunha tal baile. Um dos

¹⁶² A este respeito ver: FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. pp. 89-90.

¹⁶³ *KERBFLASCHE* - Termo em alemão que significa “garrafa do *KERB*”. Esta garrafa era enfeitada de forma a representar a imagem feminina.

¹⁶⁴ CHARTIER. Op. cit., p. 137.

momentos mais esperados era o leilão da “*Kerbflasche*”¹⁶⁵. As mulheres eram as responsáveis em enfeitar a garrafa que simbolizava a figura feminina. Diziam ser a boneca do *Kerb*. No decorrer do baile homens ou grupos de homens davam seus lances que podiam ser em dinheiro e/ou em cervejas. A disputa pela conquista da *Kerbflasche* se pela aparência, pode revelar uma forma lúdica deste coletivo que Maffessoli chama de socialidade, por outra, revela em seu emaranhado um espaço para dar publicidade a uma imagem privada onde o “saber, a estima, a honra, a dignidade e o respeito são afirmados momentaneamente”

No entanto, se uma idéia de igualdade social flui desta liberdade de aposta, a mesma é aparente e sem contornos já que só apostava quem possuía condições financeiras para tal. Clifford Geertz escrevendo sobre a Briga de galos balinesa, mostra os vários círculos hierárquicos de aposta, muitas delas nas “fimbrias da rinha de galos”. Mas, a que realmente se destacava era travada entre: “*os membros verdadeiramente substanciais da comunidade, a cidadania sólida em torno da qual evoluiu a vida local, que disputam as grandes lutas... esses homens geralmente dominam e definem o esporte da mesma forma que dominam e definem a sociedade*”¹⁶⁶.

Com isto podemos perceber a simbologia que envolvia a disputa pela *Kerbflasche*. Através desta disputa voltava-se os focos para a representação de poder simbolizada pela conquista da boneca. Ao invés de ser uma simples aparência seu ato e seu significado podem ser articulados de forma mais ostentativa. Equivale dizer que a conquista da *Kerbflasche* além de significar o privilégio de pagar uma primeira rodada de cerveja aos participantes do baile e de ter o privilégio de dançar com a dama escolhida, representa um espaço onde se desempenham papéis sociais. Por outro lado, a existência de grupos de homens na disputa ou um maior número de bonecas a serem leiloadas possibilita pensar na reelaboração desta prática, onde o “status” pode ser momentaneamente modificado ou no dizer de Geertz, “um pulo para trás do espelho, que tem a aparência de mobilidade mas que não é real”. Isto nada mais seria, se não uma redefinição de papéis sociais.

É desta forma que relações vão se constituindo em meio a festa. Relações estas que não estão alicerçadas tão somente na questão religiosa ou de classe. As relações de vizinhanças, de etnia e de gênero permeiam este espaço de sociabilidade onde se constrói laços de solidariedade, companheirismo. A festa não se caracteriza como uma instituição pré-

¹⁶⁵ A “garrafa do *Kerb*” era pendurada no meio do salão e leiloadada durante o baile.

¹⁶⁶ GEERTZ, Clifford. Notas sobre a briga de galos balinesa. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. p. 302.

estabelecida onde os rituais são lembranças de um passado remoto. Possível se torna entender que a festa reporta-se a algo anterior, mas que também é criada na experiência, partilhada nos valores e ideais da coletividade. Portanto, ultrapassando sua estrutura fixa é que será possível perceber sua reelaboração e sua ressignificação dentro deste espaço social que está se configurando.

III

CAPÍTULO

FAZENDO-SE NO COTIDIANO: homens e mulheres e as experiências vividas

“São Carlos tem apenas onze meses e já possui lavoura que quase basta a alimentação de sua população, escola e uma grande igreja em construção”

Artur Ferreira da Costa

3.1. Adentrando no cotidiano são-carlense: as relações sociais de solidariedade, de vizinhança e de etnia.

O relato de Artur Ferreira da Costa, em 1929, alimenta o imaginário sobre a colônia de São Carlos fundamentado no “progresso” desejado pelos dirigentes do estado e vindo pelas mãos dos migrantes de origem alemã, oriundos do Rio Grande do Sul a partir de 1927. Por outro lado, esse relato deixa transparecer um espaço construído envolto em uma história de trabalho, desencadeado pela coletividade. Espaço esse em que sonhos, valores, desejos, experiências, vivências de homens e mulheres emaranham-se com a configuração espacial. Ou melhor dizendo, onde aflora o cotidiano em sua plenitude, onde as tensões sociais emergem e onde, de uma forma ou de outra, elas se tornam visíveis.

Através da citação de Costa é possível perceber três integrantes, diria básicos, que fazem parte da realidade cotidiana dos migrantes no Oeste Catarinense: Trabalho, Escola, Igreja. Nestes espaços, no cotidiano, portanto, as relações sociais em suas múltiplas formas tornam-se visíveis e concretas, revelando especificidades desse coletivo.

As relações de solidariedade e companheirismo estavam entrelaçadas ao viver dos migrantes/imigrantes desde sua chegada à região. Muitas das famílias que aqui chegavam estavam ligadas por laços de parentesco, de vizinhança, ou tão somente por etnia. Conforme aponta Werlang¹⁶⁷ a política adotada pela Companhia Sul Brasil, dava preferência aos migrantes preponderantemente de origem alemã e credo católico. A entrada de outros grupos étnicos e credo religioso exigiu no entanto, que a Cia. adotasse políticas de fixação específicas. Foi o caso dos imigrantes teutos-russos que se instalaram nas terras da Cia. Sul Brasil, por volta de 1930. Assim, em São Carlos, na Linha Aguihas, fixaram-se imigrantes teutos-russos católicos e na colônia de Palmitos, os teuto-russos de origem protestante¹⁶⁸.

A idéia de separação do credo religioso estava associada às tendências de economia e ordenação da própria colônia. Essa medida viabilizava a construção de uma única Igreja, a fixação de datas comemorativas ligada à religião, a organização do ensino escolar e o bom relacionamento entre as vizinhanças¹⁶⁹. Percebe-se aí a preocupação das Companhias Colonizadoras em evitar conflitos, de modo tal que estes não interferissem no desenvolvimento do empreendimento colonizador.

As imensas dificuldades com relação a transporte, alimentação, moradia, enfrentadas pelos migrantes, intensificavam as relações de solidariedade e vizinhança. A distância, a precariedade das estradas e, a falta de transporte não se em constituíam barreiras para o encontro entre vizinhos. É possível perceber isto através da fala de Ervino Hoss: “[...]todo dia era pra trabalhar. A gente ia demanzinha para roça e só voltava de noite. Não tinha tempo de passear. As vezes, os compadres vinham. Era gente conhecida. Fazia um chimarrão e ficava ali”¹⁷⁰.

Essas lembranças retratam o cotidiano de trabalho permeado pelo lúdico através de encontros informais, onde as visitas de parentes e amigos reativam a esperança de um futuro melhor. Se havia dificuldades na Colônia Velha, já que a importância da cidade sobrepujava a do campo em detrimento da crise econômica e política que se abatia no país, no Oeste, em função da má orientação dos propagandistas que vendiam os lotes das Companhias, a situação era tão, ou talvez pior, que no Rio Grande do Sul. Isto porque a maioria das famílias que ali chegava não

¹⁶⁷ WERLANG, Alceu a este respeito realizou um trabalho consistente sobre a atuação da Cia Territorial Sul Brasil.

¹⁶⁸ FISCHER, Op. Cit.

¹⁶⁹ Alceu Werlang em sua dissertação trabalha as estratégias engendradas por Carlos Culmey para dar melhor andamento ao empreendimento da Cia. Desta forma, a organização das colônias foi trabalhada no sentido de distribuir os colonos, de forma tal que, alemães católicos e alemães protestantes estivessem morando em regiões distintas.

¹⁷⁰ Entrevista com Ervino Hoss realizada por Juçara Nair Wollf em São Carlos, 23/03/1995.

era informada da falta de estrutura da colônia. A terra, sem dúvida alguma, era boa. Terra nova, como diz Ervino Hoss. Porém, não havia mercado para vender o que se plantava, nem tão pouco estradas para negociar em outros centros.

As relações de vizinhança, em meio a essas dificuldades, assumiam um aspecto muito mais amplo do que simplesmente visitas cordiais. O pensar junto, o estar junto passava pelo campo da solidariedade e reciprocidade onde não só tentavam buscar soluções para as dificuldades encontradas, mas também compartilhar tipos de trabalhos e conversas, que possivelmente, só existiam e/ou se faziam aos domingos. Marta Hoss lembra que os domingos eram guardados, não se desenvolvia outra atividade que não fosse o “trato” do gado.¹⁷¹ Quando o tempo ajudava e as estradas eram boas eles visitavam os vizinhos. A distância, porém, impedia a frequência das visitas. Marta ressalta ainda, “[...] então a gente ia lá e como eu sabia costurar, fazia roupinhas para as crianças dela e de crochê e tudo. Minha comadre fazia os doces e as cucas e tudo era feliz”¹⁷².

Em meio às problemáticas do cotidiano, as experiências nele vividas eram partilhadas de forma a garantir a luta pela sobrevivência. Os domingos eram guardados em função da devoção religiosa. A participação na missa, todos os domingos, era uma realidade no cotidiano desses migrantes. Ervino Hoss afirma que sua família “Possuíam uma carroça, puxada por burros, e lá iam para a Vila participar do encontro religioso”. Mais que um dever religioso, participar da missa dominical significava socializar-se com a ‘comunidade.’ Representava participar de uma rede de informações formal e informal propiciada pelo espaço da igreja.

Se domingo era dia de visitas e dia de ir à Igreja, era também dia da família se reunir. Em finais de tarde sentavam todos juntos. Tomavam chimarrão e recordavam o vivido durante a semana.

*Quando nós estávamos em casa, os mais velhos eram moças, depois dois gêmeos, daí tinha um guri junto. Quando foram maior... nos tínhamos uma turma bonita, grande. Nós estávamos em casa, tomando chimarrão e proseando. Cada um falava um pouco, um da roça, outro da aula, outro de lá, outro de cá. Porque a gente não sabia o que falar. A gente fazia assim*¹⁷³.

As palavras de Marta Hoss e as ocorrências no seu cotidiano lembram a socialidade tão trabalhada por Maffessoli, porque é neste cotidiano que se enraízam, as alegrias, as decepções,

¹⁷¹ Entrevista com Marta Hoss realizada por Juçara Nair Wolff em São Carlos, 23/03/1995.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Idem.

as frustrações, as experiências “[...] que em suas banalidades escapam amplamente aos críticos de toda espécie”¹⁷⁴. Para esta coletividade, não havia divisão entre o mundo do trabalho e do ludismo/diversão. Os tempos em si estavam conjugados. Metaforicamente, o mundo sagrado - simbolizado pelo espaço do trabalho e da labuta - e o mundo profano - da diversão - não constituíam peças separadas, mas espécies de forças geminadas, onde uma existe em função da outra¹⁷⁵.

Para essas mulheres, ficar um domingo costurando roupinhas de crianças não se constituía em trabalho propriamente dito. Costurar, preparar cucas para a semana e conversar sobre as ocorrências do cotidiano, configuravam formas de diversão, suportes da comunhão e da alegria, seja familiar ou do grupo.

Outros casos de visitas a vizinhos podem ser vistos sob o olhar da solidariedade e do companheirismo. O teuto-russo Nicolaus Beirith¹⁷⁶, residente em Aguiinhas, fala das visitas ao vizinho e compatriota Clemens Gisi. Este era carpinteiro e nas horas de folga da roça, trabalhava na madeira, confeccionando mesas, cadeiras, bancos...

Para estes homens a música era uma das estratégias encontradas para superar as dificuldades com a terra e com a falta de perspectiva de melhora. Escreve Nicolaus que, através de um acordo firmado entre ele e os Gisi, começaram a confeccionar dois violinos que seriam utilizados na “orquestra” organizada, por esses amigos, para animar e “embelezar” as festas e o seu cotidiano. Estes momentos, segundo Maffessoli, podem ser analisados como os interstícios do mundo racional do trabalho, onde persistiam as liberdades de criação e invenção. Isto configurava o cotidiano onde estes homens, nesta relação vital, viam na música e na improvisação de certas atividades - confeccionar violinos - alternativas para sobreviver, que ultrapassava em muito a preocupação com a produção para a existência material.

¹⁷⁴ MAFESOLLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. p. 42.

¹⁷⁵ Neste aspecto ver: VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tias baianas tomam conta do pedaço*, op. cit., que aborda o território do terreiro e da casa como espaços encontrados pelas mulheres negras - tias baianas – para o trabalho e lazer. Também ver: FLORES, Maria Bernardete R. *Teatros da vida...* op. cit. ao trabalhar a festa da farra do boi e outras festas no interior da ilha de Santa Catarina, percebe a imbricação existente entre o cronos da natureza que marca o tempo do trabalho e o cronos cultural que marca o tempo das festas. Assim, a separação ou extrema demarcação entre o tempo do trabalho e do não-trabalho mostra-se muito tênue.

¹⁷⁶ Entrevista com Alexandre Beirith realizada por Juçara Nair Wolf em São Carlos. 09/10/1993.

3.2. Mulheres empreendedoras: redimensionando o trabalho feminino na região

Além destas atividades outras emergiam como forma de superar as dificuldades de sobrevivência que contornavam o dia-a-dia destes homens e mulheres. Em 1933, a seca aumentou o estado de pobreza da colônia, a válvula de escape foi trabalhar na abertura de estradas. Assim, um grupo de homens, entre eles Michael Beirith, Johann Bols, Zacharias Kasper, Johannes Probst, Anton Dornhauser, Roman Schleicher foram contratados pelo comerciante Gustavo Johann para trabalhar na abertura de um trecho em Águas de Gramados, o preço seria de 1.200 réis¹⁷⁷. Estes homens, todos imigrantes teutos-russos, fixados em Aguiinhas e, portanto, vizinhos, incorporavam em seu cotidiano uma diversidade de trabalhos.

Entre as mulheres as relações não eram diferentes. Nicolaus lembra que ao voltar do trabalho na abertura de estradas, continuava sua labuta na roça, e salienta: “[...]continuei na roça criando alguns porcos e plantando de tudo um pouco, aliás este trabalho nunca tinha sido deixado. Era feito pela minha esposa e filhos”¹⁷⁸. Além do trabalho na roça que também se constituía em espaço feminino, outras preocupações faziam parte do mundo dessas mulheres. Uma delas estava relacionada com o pagamento das terras. A maioria dos colonos encontrava dificuldades para quitar sua dívida frente a Companhia. O rolamento da mesma, incidia, muitas vezes, no abandono das terras¹⁷⁹. Assim, com a administração de sua esposa Maria, calculando quanto pagariam caso esperassem até o último vencimento, Nicolaus conseguiu quitar sua dívida antes do prazo. Ele diz:

Eu sempre tive muito apoio da minha esposa, que me acompanhava em tudo. Como a prorrogação de pagamento era com juros, ela fez as contas do que nós devíamos pagar caso esperasse até o último vencimento e disse: temos que pagar antes, pois não podemos pagar tanto juros. Mas, como as coisas estavam melhorando, com o turismo e banhistas em Irai, ela criou galinhas e porcos que eram vendidos para pequenos hotéis lá¹⁸⁰.

¹⁷⁷ Escritos de Nicolaus Beirith. (sem paginação).

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Ver neste caso Alceu Werlang. Op. cit.

¹⁸⁰ Escritos de Nicolaus Beirith (sem paginação).

Através deste exemplo é possível redimensionar os papéis atribuídos às mulheres nos discursos que as instituem. A mulher não pode ser vista como alguém que no processo produtivo constitui um mero apoio. O discurso de Nicolaus revela a naturalidade do exercício dos papéis sociais atribuídos historicamente às mulheres.

Embora fosse pouco comum o gerenciamento da economia familiar nas mãos das mulheres, o certo é que em sua informalidade, elas também o faziam. Vê-se aí, uma multiplicidade de práticas rodeando o mundo feminino.

Outro exemplo desta prática refere-se a Ilsa Klein. Seu pai Gustavo Johann, primeiro comerciante de São Carlos e também vendedor de terras da Companhia Territorial Sul Brasil, deixava muitas vezes o controle dos negócios nas mãos da esposa e das filhas. Tanto que na inauguração da Cooperativa União de fumo em 1937, Gustavo Johann, um dos sócios, responsável em realizar o discurso de inauguração, preferiu deixá-lo a cargo de sua filha Ilsa Klein.¹⁸¹

3.3. Remodelação e disciplinamento: Organizando a “cidade” de São Carlos

São Carlos até 1938, pertencia geográfico e politicamente ao município de Chapecó. O ‘*progresso*’ e o comércio intenso deste distrito, tornava-o merecedor dos olhares dos administradores municipal e estadual. Esta especificidade de São Carlos deve-se, também, à política da Cia Sul Brasil, que conhecendo as exigências dos agricultores planejou “[...] *arruamentos, lotes urbanos demarcados e serviços indispensáveis - casa comercial, Igreja, escola e hotel.*”¹⁸² Neste sentido, os núcleos urbanos planejados, determinavam as áreas que seriam ocupadas, bem como, mapeavam a localização dos primeiros estabelecimentos comerciais e industriais.

Essas características político-administrativas de São Carlos, colaboraram para a reordenação da Vila, fazendo surgir vagarosamente, em torno da praça, já devidamente delineada, estabelecimentos comerciais, prédio escolar e casa de recreação. Esta teve importância fundamental na vida social da coletividade, já que antes da construção do salão de festas, os bailes eram, geralmente, realizados no galpão de fumo ou na casa do migrante.

¹⁸¹ KLEIN. Op cit

¹⁸² PELUSO Jr. Op. Cit. p . 376.

O salão do “velho Kroth”, como era popularmente conhecido, além de possuir pista para dança, possuía também uma fábrica rudimentar de cerveja e uma pista para o jogo de bolão . Embora fosse um jogo associado à figura masculina, Ilsa Klein lembra de terem ocorrido dois torneios de bolão feminino, ainda que não tenha certeza quanto ao local. Possivelmente, estes torneios femininos estejam ligados à Festa do *Kerb*, que pode ser vista e analisada como um tempo de exceção, onde aspectos da vida diária vinham à tona¹⁸³.

Este tipo de jogo, comum entre os teutos, era muito difundido em todo o município de Chapecó. O Jornal “A Voz de Chapecó”, na década de 40, divulgava através da página dos acontecimentos sociais a realização de animadas partidas de bolão. Em uma de suas notas, por exemplo, o periódico narra que:

*Realizaram-se, dia 07 do corrente mês, duas renhidas partidas de bolão, entre os amadores de Chapecó e do Clube 12 de Agosto da Vila São Carlos... nossos rapazes levaram a pior. Em compensação os componentes do Clube ofereceram aos visitantes um grandioso baile, cujas danças se prolongaram até altas horas da madrugada.*¹⁸⁴

Depreende-se daí que, embora os jogos tragam em seu bojo toda uma aura de competitividade, o certo é que esbanjam momentos de sociabilidade. O espaço local onde ocorrem tais jogos - as canchas - fundamenta este estar junto.

Remetendo-me a um outro espaço, a praça, que na planta estrutural da Vila já estava delineada, conforme nos fala Padre Zimmer, passou por profundas transformações. Era bem maior que a atual. Lugar de cultivo de batata-doce, feijão, angico ... uma grande horta onde também muitos animais circulavam. Mas com a ascensão da Vila para Distrito em 1938, a praça entra no processo de mudança e ordenamento. Destacamos aqui a figura do Padre Anton Rewering - missionário da Sagrada família – que tomou para si a responsabilidade do embelezamento da praça em acordo com a Companhia, conforme afirma Zimmer:

*Quando eles começaram alinhar, tinha no meio uma carnaubeira e ao redor umas plantas da família das amarantáceas e o resto cheio de roseiras. No início para carpir, para limpar eram as crianças. Era uma festa. Mais tarde ficou a cargo dos adultos*¹⁸⁵

¹⁸³ Ver neste sentido a obra de MAFFESOLI Michel. *A conquista do presente*. Op. cit. p .118.

¹⁸⁴ A Voz de Chapecó. 28/11/1944. nº 211. p. 04 - Artigo: Partida de bolão.

¹⁸⁵ Entrevista com Pe. Herbert Jerônimo Zimer. op cit.

O embelezamento da praça e a ordenação da sede do Distrito, em alguns aspectos, se assemelham ao processo de urbanização ocorrido em Florianópolis na virada do século. Contudo, não se torna possível compatibilizar estas realidades. Essa nova ordem imprime no espaço, a estetização da população germânica em oposição aos caboclos. A grande preocupação da elite do município de Chapecó vinculadas no jornal “A Voz de Chapecó”, era que o município estava em franco desenvolvimento em busca do “progresso e da civilização”. A necessidade de difusão destas idéias vinha ao encontro dos planos desta mesma elite, que exigia do Governo estadual uma maior preocupação e atenção às dificuldades estruturais do município: estradas, escolas, correios ... As vilas e, posteriormente os distritos, cresciam em função das safras compensadoras e pelos bons negócios realizados pela maioria dos madeireiros locais¹⁸⁶.

A praça, dentro dessa nova ordem, começa a ser vista como o coração da cidade, lugar de passagem e passeio. Padre Zimmer diz que: *“A praça foi trancada com arame liso, possuía uma roleta nas entradas que impedia a entrada de animais. Possuía bancos. Às vezes foi utilizada para realizar festas organizadas pela Igreja”*¹⁸⁷.

Embora a praça, a partir do seu embelezamento, fosse motivo de orgulho e símbolo de progresso para a “elite” de São Carlos, em determinados momentos era motivo de transtornos e incomodações. Exemplificando isto, destaca-se o fato da praça ter sido trancada e, em seus quadrantes terem sido colocadas roletas feitas de madeira de angico. Esse era o centro da Vila. A Igreja estava ali, a Cooperativa, o comércio... era preciso cuidar! A prática de criar alguns animais soltos não era coisa de colono. *“Ao redor da vila tinha muitas colônias. Era tudo ali encostado. As vezes fugia um porco, um cavalo... tinha colono relaxado. Criar animal solto, isso era coisa de caboclo”*¹⁸⁸

As identidades não se afirmam isoladamente. Em São Carlos percebe-se a construção da identidade germânica respaldada no interesse do Estado Catarinense em garantir o avanço do progresso e da civilização, em oposição aos valores e modos de vida caboclos, que por sua vez representavam o atraso e a estagnação econômica e social da região.

A etnicidade nesta perspectiva, relacional e situacional faz com que os grupos que os grupos que vivenciam essas fronteiras construam, ou elejam seus sinais diacríticos como forma de ressaltar as diferenças.

¹⁸⁶ Jornal A Voz de Chapecó. 11/08/1946, nº 97/ano VII - Artigo: Progresso.

¹⁸⁷ Entrevista com Padre Herbert Jerônimo Zimmer. Op cit

¹⁸⁸ Entrevista com Ilsa Klein.op cit

Para além da imagem produzida pelo discurso oficial, o próprio colono estipula estereótipos e diferenças entre si e o caboclo. Criar animais soltos é característica de caboclo, enquanto que o colono estaria mais atento a ordenação e cuidado de seus pertences. Assim, as virtudes do trabalho do colono “de origem” estavam em oposição aos estereótipos da preguiça e desleixo do caboclo, configurando uma identidade contrastiva de si em relação ao outro.

Para manter a ordem e a organização, Klein diz que tentaram punir aqueles que, ao redor da cidade, não cuidassem de seus animais. Um grupo de homens, entre eles Nicolaus Schoemberger, Albino Both, Fredolino Zimmer [...] junto com o Padre Antônio Rewering, tentaram impor algumas regras, no sentido de coibir o tráfego de animais soltos na Vila. “Com o tempo, ali por 1939-40, as coisas já eram bem melhores”¹⁸⁹. Nesta preocupação com a aparência da Vila/Distrito, está imbuída, é possível, uma outra inquietação: fazer reconhecer uma identidade étnica e cultural preocupada com o progresso e com a civilização, que se chocava com a do luso-brasileiro – caboclo: supostamente relaxado e desordeiro.

A preocupação com o “bem-estar da sede da colônia” estava no fato de São Carlos ser um dos distritos de Chapecó “em pleno desenvolvimento e com um comércio intensivo”.¹⁹⁰ A busca pelo “progresso e pela civilidade” destacava-se nos discursos da elite econômica e política de todo o Chapecó. Principalmente Schoemberger e Zimmer “nata da sociedade são-carlense”, queriam, em função, também, de seus negócios no Distrito e de suas posições, manter os bons olhos das autoridades voltados para São Carlos.

A partir do ano de 1940 começa a pontilhar, com a ampliação e ordenação da colônia - no caso, já Distrito com as devidas organizações dos lotes urbanos - várias atividades que às vezes eram compatibilizadas com o trabalho na roça. Era o caso de Jacob Ternus que, embora tivesse a tradição no trabalho na terra, aventurou-se durante três anos (1937-1940) a trabalhar com o comércio. Jacob Ternus fala que, junto com Pedro Werlang e outros, fundaram a Cooperativa União de Fumo, que faliu em função da venda das 4.900 arrobas de fumo para uma empresa fantasma em Porto Alegre¹⁹¹. Com a firma falida voltou para Linha Moraes e a trabalhar na roça.

Outros, como Nicolaus Beirith, mudaram-se para a sede do Distrito vendendo suas terras e benfeitorias:

¹⁸⁹ Idem, entrevista Ilsa Klein. Op cit

¹⁹⁰ Jornal A Voz de Chapecó . 25/06/1939, nº08, p.01. e do dia, 19/11/1939, nº20 p. 01.

¹⁹¹ Entrevista com TERNUS. op cit

Em fins de 1943, recebi a visita do Sr. Muxfeldt e Mathias Nicolai, estes estavam terminando um prédio para transferir seu comércio, mas faltava alguém para fazer as calhas, como eu fazia também este serviço... Vindo para a sede negociei com Mathias Nicolai a sua funilaria, porque ele não mais trabalhava de funileiro... Assim, ficou definitivamente afastado a possibilidade de voltar na roça, enquanto a mulher e meus filhos ficaram para fazer a colheita¹⁹².

Estes exemplos não atestam, no entanto, a busca do viver na sede da colônia. Na verdade, tentar a vida na Vila representava lutar pela sobrevivência física sua e da família, ou seja, buscar melhores condições de vida sem perder, no entanto, as características básicas da organização social e cultural enquanto colono¹⁹³.

Dentre outras atividades que surgiam na sede da colônia como a fábrica de Gasosa do Armando Stahl, as ferrarias, tão necessárias para o conserto de carroças, ferramentas e armas, a atividade econômica urbana que mais se destacou pela quantidade foi a alfaiataria. Em 1945, havia três bons alfaiates: Reinold Konrad, Hemulth Werlang e Arcângelo Pitznini que possuíam também aprendizes. O sucesso do empreendimento estava ligado a valorização e ao simbolismo da indumentária. As roupas davam um ar de respeito e de dignidade avalia Padre Zimmer.¹⁹⁴

Na Igreja, por exemplo, em sinal de respeito e devoção, entrava-se com trajés completos, ou seja, o homem com paletó e as mulheres com de vestido e véu. O mesmo acontecia em bailes. Roberto Beckenkamp salienta: *“Os bailes aqui todos estavam bem vestidos. Ficava fora quem não estava trajado como pedia a ocasião”*¹⁹⁵.

3.4. Representações e papéis sociais: roupas e comportamento como símbolos de distintividade.

A preocupação com a indumentária aparece registrada nas fotografias da época. Ao analisar as fotos, de São Carlos o olhar, recai sobre a vestimenta onde o paletó, a gravata e o chapéu, bem como o vestido alinhado, eram possíveis reguladores de posições sociais. Maria Beirith, filha de Nicolau Schoemberger, salienta que seu pai usava somente terno branco de linho e que para lavar e passar encaminhava à alfaiataria do Alexandre Beirith. Interessante

¹⁹² Escritos de Nicolaus Beirith. (sem paginação).

¹⁹³ SEYFERTH, Giralda, em seu artigo “Identidade camponesa e a construção da identidade” in: *Anuário Antropológico* fala como a representação do colono pode ser lida como aquele que possui valor camponês e conseqüentemente distinção cultural.

¹⁹⁴ Entrevista com ZIMMER. Op cit.

¹⁹⁵ Entrevista com Roberto Beckenkamp realizada por Juçara Nair Wollf em São Carlos.05/10/1994.

destacar que Schoemberger foi um dos homens com grande destaque na colônia. Foi fundador da Cooperativa de Fumo São Carlos em 1933, professor paroquial e dono de serraria¹⁹⁶. No caso de Schoemberger não era somente o terno que permitia distingui-lo, mas também a cor - no caso, branco. Normalmente na colônia usava-se a cor mais sóbria, geralmente o escuro. A opção por cores mais escuras estava no fato da terra da região ser bastante vermelha, dificultando as lavagens, feitas nas “sangas”¹⁹⁷.

Por isso a atividade de alfaiataria se proliferou tanto e era vista como rendosa, tanto que muitos pais incentivavam seus filhos a saírem da roça para se dedicar a profissão: “Com apenas 13 anos, meu filho foi para São Carlos - Vila - ganhar a vida, aprender o ofício de alfaiate”¹⁹⁸.

Através da roupa era possível fazer um controle social. A frequência em bailes ou na missa só era permitida se vestidos com decência e, esta decência, incorporada e transmitida por uma moral cristã, tinha como seu maior controlador, o olhar. Jacob Ternus, um dos fundadores do Canto Coral da Paróquia, diz que se alguém estivesse sem paletó, simplesmente não entrava. “*Todo mundo olhava como se estivesse sem roupas*”.¹⁹⁹ Dentro deste quadro, a fotografia possibilita apreender os papéis sociais desempenhados pelos indivíduos e as relações sociais a qual estão enredados. Raphael Samuel diz que as fotografias são possíveis subprodutos de um projeto de História local. São importantes como ilustrações que auxiliam no evocar o passado para aqueles que nunca o viram e estimular novas memórias naqueles que lá estiveram.²⁰⁰

3.5. A política nacionalizadora em São Carlos: disciplinando corpos e alma

Com a ordenação da sede do Distrito, foram organizadas duas sociedades recreativas. Uma delas, com maior fôlego, foi a Sociedade Recreativa e Esportiva 12 de Outubro que tinha como sede o salão de Eduardo Kroth, um dos fundadores. Esta sociedade, em meados da década de 40, tornou-se responsável pela organização do *Kerb*, como é possível notar através do jornal “A Voz de Chapecó”: “Com invulgar brilhantismo realizou-se no dia 10 do corrente mês

¹⁹⁶ Livro de Registro de Firmas Comerciais. Comarca de Chapecó, nºs 1 e 2 - Cartório de Registro de Imóveis.

¹⁹⁷ “Sangas” Terno popular, usado em São Carlos, para denominar um pequeno riacho utilizado para lavar roupas, louças...

¹⁹⁸ Escritos pessoais de Nicolaus Beirith. (sem paginação)

¹⁹⁹ Entrevista com TERNUS. Op cit

²⁰⁰ SAMUEL, Raphael. História local e História oral. História em quadro negro. In: *Revista Brasileira de História*. SP: ANPUH/Marco Zero. V 9, nº 19, fev/90. Pp 219-243.

o tradicional baile do Grande Kerb, que a sociedade 12 de outubro proporciona anualmente ao povo de São Carlos”²⁰¹.

Além da organização do *Kerb*, organizavam torneios de bolão entre os Distritos. Um destes torneios tinha como finalidade arrecadar fundos para a construção da nova Igreja. O Jornal “A Voz de Chapecó”, de 1944, trás em suas páginas informações sobre o evento:

*Realizaram-se dia 07 do corrente mês duas renhidas partidas de bolão entre os amadores de Chapecó e do Clube 12 de Outubro de São Carlos... Os componentes do 12 de Outubro ofereceram aos visitantes um grandioso baile, cujas danças se prolongaram até altas horas da madrugada. Os jogadores chapecoanos deixaram a importância de quinhentos cruzeiros como donativos para a construção da nova Igreja.*²⁰²

As sociedades recreativas, portanto, eram meios de organização do lúdico na Vila, da mesma forma que serviam como elaboração de uma forte organização comunitária dando-lhes, conforme aponta Giralda Seyferth, feições próprias da colônia que as distinguiam das organizações brasileiras.²⁰³ Por outro lado, as práticas cotidianas nos diversos espaços sejam eles “sociedade”, escola, roça e mesmo a casa, refletem um sentido de ‘*identidade coletiva*’.

Para Chartier, as representações do mundo social são construídas por interesses de grupos²⁰⁴. Em São Carlos, os interesses das autoridades, sejam religiosas ou leigas, estavam alinhados ao imaginário de um mundo melhor, fruto da germanidade. É esclarecedor, neste sentido, o artigo de Seyferth onde o sentimento de comunidade, baseado na história comum da colonização, fez com que o pioneirismo dos colonos fluísse como símbolo étnico²⁰⁵.

Portanto, não só estimulando a construção de um imaginário coletivo, a Igreja agia de forma tal a controlar e a criar relações sociais, bem como reinventar a própria ordem social. O cotidiano dessa coletividade era permeado pelas diretrizes da religião, onde a conduta, os valores, os hábitos eram “vigiados e normatizados” pela instituição. No entanto, todo dispositivo que visa criar controle e condicionamento dá condições, também, para criação de resistência e invenção. Exemplos dessas resistências são bailes que não fechavam com a conduta religiosa almejada pela Igreja, para seus fiéis.

²⁰¹ A Voz de Chapecó. 10/11/1946. nº 110. p. 05.

²⁰² Jornal A Voz de Chapecó. 28/11/1994. nº211. p.04 - Artigo: Partida de bolão.

²⁰³ SEYFERTH. Op cit.

²⁰⁴ Ver: CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. p. 17.

²⁰⁵ Ver SEYFERTH, Giralda. Op cit.

Importante atuação da Igreja na coletividade se deu a partir da década de 30, quando nacionalmente fornece apoio ao processo de desenvolvimento burguês. Através de circular enviada à paróquia e registrada no livro Tombo, as lideranças religiosas convocam a coletividade a abraçar as posições básicas de harmonia social e nacionalismo econômico, através da Liga Eleitoral Católica, “[...]na qual todos deveriam se inscrever como sinal de desejo de prosperidade econômica, justiça social e o progresso moral e religioso no Brasil”²⁰⁶

O apelo de D. Daniel Hostin²⁰⁷, voltado a toda coletividade, deveria ser divulgado uma vez por semana, preferencialmente à noite, período no qual a presença dos homens era mais freqüente. A opção pelo período noturno estava relacionada ao fato dos homens exercerem atividades durante o dia, o que dificultava sua presença nos cultos matinais. A mensagem, embora trouxesse inquietações da Igreja com a questão da política nacional, preocupava-se, intensamente, com a possibilidade do Brasil cair nas redes do inimigo da Santa Igreja: o comunismo. Esta mensagem, aos olhos da coletividade teuta, trouxe medos e assombros, isto porque, na voz da liderança da Igreja Católica, representada na figura do Cardeal D. Sebastião Leme, a República Socialista, sectária, antinacional e social desestabilizaria a integridade da família, da inviolabilidade da propriedade e a estabilidade da civilização cristã²⁰⁸.

Estes pontos abalariam valores tão bem guardados pelo grupo de teuto-brasileiros ali instalados. Da mesma forma, a repercussão deste discurso nacionalista causou grande impacto no meio do grupo teuto-russo. A saída desse grupo da Rússia foi motivada pelo desencadeamento da Revolução Russa em 1917. Embora tivessem esperado melhorar a situação, não resistiram às “violações de direitos, assassinatos, roubos, prisões, expropriações...”²⁰⁹. Ao falar no “fantasma do comunismo”, as famílias ficavam apreensivas, com medo de ter que passar por outra experiência igual. Maria Beirith diz que o grande medo estava em perder tudo, novamente.²¹⁰

À Igreja interessava, como aponta Lizanias o processo de recatolização da nação e da própria Igreja.²¹¹ O discurso, calcado em uma ideologia reacionária, imposto aos fiéis nas reuniões semanais, buscava arregimentar as camadas médias urbanas, conforme modelo europeu.

²⁰⁶ Livro Tombo. Carta do Governo Diocesano encaminhado a paróquia, em 10/11/1933.

²⁰⁷ Bispo do Governo Diocesano com sede em Lages.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ FISCHER, op cit p. 94.

²¹⁰ Entrevista com Maria Beirith, realizada por Juçara Nair Wolff em São Carlos.09/10/1993

²¹¹ LIMA, Lizanias de Souza. Plínio Correa de Oliveira. Um Cruzado do Século XX. São Paulo: USP (Dissertação de Mestrado), 1984.

Embora os moradores da sede do Distrito não se caracterizem como sendo classe urbana, o certo é que o discurso criou um imaginário de que perderiam os valores relacionados à pátria, à família e à religião. Estas instituições garantiam de certa forma o que Giralda Seyferth considera '*a manutenção da unidade do grupo étnico*'. Perdê-las simbolizaria perder parte da identidade tanto quanto a lealdade com a pátria brasileira²¹².

Ir ao culto nos domingos não simbolizava somente, para esta coletividade, um dever para com a Igreja. Este espaço exercia papel centralizador em vários eventos, fossem eles simples encontros. Ervino Hoss diz que a ida até a Igreja '*não era moleza*', além da distância, existiam as péssimas condições de estradas, que sempre estavam embarradas.²¹³ Apesar das dificuldades, todos iam. A simples ausência de um vizinho, parente, ou conhecido no culto dominical, era motivo de visita. A Igreja funcionava, na verdade, como elemento controlador do bem-estar deste coletivo.



Escola de São Carlos 1930

Acervo: Museu histórico de São Carlos

²¹² Ver neste sentido: SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: FCC, 1981. pp. 82-107.

²¹³ Entrevista HOSS. Op cit.

São Carlos, portanto, sobressaia-se como campo fértil onde o discurso da Igreja seria, certamente, ouvido e interiorizado. A ligação da Igreja com o ensino laico trazia também bons resultados. A primeira escola a funcionar era dirigida e ministrada por Nicolau Schoenberger. Sua sede era a própria Igreja. Schoenberger além de ser um importante comerciante de madeira do Distrito, fazia parte do Conselho de Fábrica, responsável pela administração da Igreja²¹⁴ e, exercia o magistério nos primeiros anos da década de 1930.



Grupo Teatral do Colégio Arcoverde –1937

Acervo: Museu histórico de São Carlos

As colônias alemãs, no caso São Carlos, buscavam na manutenção da língua assegurar a distintividade étnica e cultural. Ternus ao falar a respeito do período de nacionalização em São Carlos, demonstra tristeza e insatisfação. Ele relata que:

A gente montou um coral. Tinha músicas em alemão, tinha música no brasileiro. E quando se falava ou o padre falava era tudo em alemão. O

²¹⁴ Livro Tombo - Diretoria do Conselho de Fábrica indicado pelo Padre e sancionado pelo Bispo Diocesano D. Daniel Hostin.

*peçoal não entendia nada se falasse de outro jeito. Até que uma vez foi obrigado o padre falar a missa em alemão e depois em brasileiro*²¹⁵.

Em Santa Catarina, as primeiras tentativas de nacionalizar o ensino, partiram do governo do estado e precedem a *Campanha de Nacionalização*²¹⁶. A preocupação do Estado estava voltada, eminentemente, como não poderia deixar de ser, às regiões onde existiam “comunidades germânicas”. Era necessário, promover a unificação do uso da língua e costumes nacionais, inibindo os “[...] velhos usos e costumes dos europeus transplantados pelos imigrantes alemães”²¹⁷. Embora houvesse uma preocupação em impor a legislação, a orientação e a fiscalização nas escolas, de modo a garantir a implantação da nacionalização do ensino, o certo é que o processo, no Oeste catarinense, era truncado e deficiente. Observa-se tal questão, a partir do discurso exposto no Jornal “A Voz de Chapecó”:

*A instrução pública primária neste município está em situação por mais deplorável. São Carlos, Palmitos, Mondaí, Itapiranga e tantas outras povoações são núcleos importantes de povoação de origem estrangeira, são brasileiros, em quase a sua totalidade, mas em grande parte não fala e não entende a língua brasileira. Em diversos lugares há escolas, com professores nomeados pelo Estado, entretanto, há tempo atrás, eram subvencionados por associações estrangeiras. Fiscalização presente não há.*²¹⁸

*São Carlos é digna e merecedora de possuir casas escolares, para a necessária alfabetização dos nossos patriciozinhos, homens de amanhã. Esta Vila é aquela onde impera em sua maior parte a população teuta, onde a falta de casas escolares, vem facilitando a continuidade da língua de seus ascendentes, com graves danos para a própria infância, ao município, Estado e Pátria.*²¹⁹

Esses discursos, veiculados no jornal, demonstram uma inoperância do próprio Estado, no sentido de efetivar a nacionalização do ensino, e o quão distante estava em garantir condições materiais para suprir as deficiências relacionadas ao ensino primário. Também dá visibilidade às resistências dessa coletividade à implantação da língua nacional. No entanto, a palavra de ordem da nova política estava imposta. Era preciso tornar a pátria indivisível e homogênea. Para isto, todos os esforços deveriam ser canalizados, mesmo que à força.

²¹⁵ Entrevista com TERNUS. Op cit.

²¹⁶ Ver neste caso a dissertação de mestrado de MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalismo do ensino em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC (Dissertação de mestrado.) 1979.

²¹⁷ NOGUEIRA, Rui Alencar. *Nacionalização do Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro: Masursky, 1947. pp. 35-45.

²¹⁸ Jornal A Voz de Chapecó. 12/11/1939. nº19. p. 04.

²¹⁹ Jornal A Voz de Chapecó. 14/05/1939. nº02. p. 01.

Embora a fiscalização do Estado não se fizesse presente, muitos sujeitos da própria coletividade abraçaram a causa da nacionalização. Todo cuidado era pouco. Alexandre Beirith diz que quando menos esperava recebia-se voz de prisão. Ele mesmo, em uma ida a Mondai, distrito vizinho, em 1942, com alguns de seus companheiros, recebeu voz de prisão por estar falando em alemão no “*meio do mato*”.

A administração estadual, na sua função de manter a política nacionalizadora em marcha, pecava por não dar condições a estes “[...] *núcleos coloniais importantes, de origem estrangeira, mas brasileiros de alma, que não falam e não entendem a língua brasileira*”²²⁰. O Estado não ocupava seu espaço, no entanto, exigia que os grupos de alemães “assimilassem” a cultura nacional, sobretudo a partir da imposição da língua.

Através do depoimento de Maria Beirith, filha de Nicolau Schoenberger, diretor-gerente da Cooperativa de Fumo de São Carlos, visualiza-se as estratégias para burlar a lei. A transação do fumo e as negociações com toda a espécie de produtos de necessidade dos colonos eram realizadas na Cooperativa, instalada na sede do Distrito. Como meio de impedir que fossem flagrados falando em alemão, Schoenberger levava o colono até o fundo do galpão para negociar. Segundo sua filha, era impossível fazer de outra maneira. Isso porque as portas dos lugares públicos eram vigiadas e sempre tinha alguém que delatava²²¹. Embora a fiscalização através de tropas enviadas a estas “comunidades”²²², tentasse coibir e extinguir a língua alemã, a coletividade dentro de uma resistência sutil driblava a imposição do Estado. Percebe-se portanto que a língua deixa expressada publicamente em resposta a repressão do Estado. Porém, no privado esse sinal diacrítico que permeava o cotidiano persistiu, revelando uma distintividade étnica na reelaboração dos valores culturais.

A vigilância das escolas e espaços a cada dia era intensificada. A Igreja também sofreu esta interferência. Padre Zimmer salienta que um grupo de alemães em 1940, achou-se no direito de entrar na Casa Paroquial e emitir voz de prisão ao padre. Isto porque as missas eram realizadas em alemão e em português.

Essas passagens do cotidiano, em São Carlos, permitem perceber a religião como espaço privilegiado onde se desencadeiam relações sociais. Estas relações são carregadas de solidariedades e convivências. Espaço fecundo para solidificar valores ligados a etnia. A obrigatoriedade em ministrar o culto nas duas línguas, fazia parte do cumprimento às ordens do

²²⁰ Idem.

²²¹ Entrevista com Maria Beirith. Op. cit.

²²² SEYFERTH. Identidade étnica... Op. cit. p. 112.

Bispo²²³. Isto não significava, porém, que fosse aceita tal determinação. Prova desta questão é a reação do grupo que abraçou a causa nacionalista e, tentou prender o padre como forma de coibir outras resistências à imposição da língua nacional.

Se a política de Getúlio Vargas fixava novas diretrizes para a educação, estas deram fôlego às reformas educacionais no Estado²²⁴. Através da ação do Interventor Nereu Ramos, a fiscalização nas escolas e outras instituições tornam-se mais intensas. Os espaços da escola e da Igreja são caminhos estratégicos no sentido de exercer controle e moldar a vida da coletividade. O poder público, ao tentar se apropriar desses espaços pensa em apagar as diferenças de identidade. O engano está em querer esconder e forçar um processo de 'assimilação' de uma cultura. Tentando fugir das amarras do poder e preservar aspectos de sua cultura, a coletividade cria e recria caminhos para pensar e praticar seus valores, sentimentos e atos.

²²³ Carta enviada a Paróquia, registrada no Livro Tombo.

²²⁴ MONTEIRO. Op. cit., p. 48-54.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“... após o sonho, partiram em busca daquela cidade; não a encontraram, mas encontraram uns aos outros, decidiram construir uma cidade como a do sonho”.

Ítalo Calvino

Assim percebo a construção da cidade de São Carlos a partir de 1927. Construção com base no sonho e no desejo. Trabalho realizado por muitos - homens e mulheres - que de diferentes lugares, seguiram o caminho na busca de uma nova vida.

Construir uma cidade não significa somente ordenar e embelezar seu espaço, muitas outras variantes colaboram, às vezes de modo sutil, para a sua concretização.

Neste trabalho busquei tornar visível a cidade a partir das relações sociais que se desencadeavam em espaços privilegiados: o espaço do rio, do cotidiano e da sociabilidade, sem contudo desvincular estes “nós”, da história da colonização que começou no oeste catarinense no início da década de 1920.

São Carlos, em 1927, era uma das colônias implantadas pelas Companhias colonizadoras instaladas na região oestina. Seu destaque, dentro do município de Chapecó, dava-se graças a distância que tinha da sede do município - eram apenas quarenta e cinco quilômetros, pela boa agricultura e pela representação política que exercia através de seus vereadores e, também, através de seus líderes, fossem eles comerciantes, industriais, religiosos... Tais fatos desencadearam a criação do distrito de São Carlos em 1938 e, conseqüentemente, a sua emancipação política em 1953.

No período que antecede a emancipação política em São Carlos, procurei dar contornos aos espaços que se constroem em torno das solidariedades, do companheirismo, dos conflitos e dos antagonismos. Portanto, espaços de movimento e da história. História que possui sujeitos

concretos e visíveis, possuidores de emoções, experiências, tradições e valores, que elaboram e reelaboram esta cultura.

São nestes espaços - trabalho e diversão - que os sujeitos estão se constituindo e ao mesmo tempo construindo a cidade. Seja no leito do Rio Uruguai, na roça, na casa, nas festas ou na igreja, homens e mulheres desta coletividade participaram na construção cultural e material de São Carlos. Ao mesmo tempo, estes espaços eram palcos onde se desencadearam as lutas cotidianas pela sobrevivência e, onde as relações sociais eram reelaboradas.

No cotidiano, portanto, é possível visualizar estas reelaborações. As relações, carregadas de seus antagonismos e de seus códigos éticos mostram, de acordo com as circunstâncias, seus liames. Assim, a disputa por um trabalho entre o colono “de origem” e o caboclo, podia suscitar a questão étnica.

Neste mesmo cotidiano, busquei vislumbrar os “minúsculos intensos”, dos quais nos fala Maffessoli²²⁵. Tentei pontilhar as relações de vizinhança, de amizade, de solidariedade, de companheirismo, de trabalho... e as fronteiras existentes dentro delas.

A leitura das práticas e relações dentro dos espaços sociais já citados, não seria possível se não fosse a evidência oral. Esta tão importante fonte documental, colaborou para “trazer os resíduos da cultura material”, desta coletividade, já que podia “expor os silêncios e as deficiências do tecido celular ressecado”²²⁶.

As fotografias, de igual modo, colaboraram para fluir desta história. Elas possibilitaram visualizar quadros de lembranças na memória dos entrevistados. Estas lembranças - história - não pararam por aí, continuaram e continuarão a fluir tal qual imaginava Proust, onde cada história abre caminhos a uma outra história.

Raphael Samuel, ao escrever sobre história local, diz que o pesquisador precisa ter um conhecimento diferente daquele localizado no alto nível de desenvolvimento nacional, porque a história local dá uma idéia muito mais imediata do passado. É uma história encontrada nas esquinas e nas ruas, capaz de ser ouvida e de ser lida²²⁷. Assim foi que me senti ao escrever sobre São Carlos. O Rio, a praça, a igreja, as ruas acirravam minha imaginação, dando-me condições de produzir o texto através do registro da minha leitura.. *“Porque o real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efectivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada*

²²⁵ MAFFESOLI. op. cit. pp. 146 - 152.

²²⁶ SAMUEL, Raphael. História local, história oral. In: História em quadro negro. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: AMPUH/Marco Zero. nº 19. set. 89/ fev. 90. p. 237.

²²⁷ Idem. p. 220.

pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sua escrita²²⁸.

²²⁸ “CHARTIER, R. Op. cit. p. 63.

FONTES

1. Acervos

1.1. Casa da Cultura em São Carlos.

- Retrospectiva histórica de São Carlos (datilografado).
- Aguiinhas um município que não se tornou município (datilografado).

1.2. Museu histórico de São Carlos

- Acervo fotográfico.

1.3. Secretaria da Igreja São Carlos Barromeu

- Livro Tombo: avisos, mensagem e relatório registrados a partir de 1931.

1.4. Biblioteca particular de Alexandre Beirith

- Escritos pessoais de Nicolaus Beirith (datilografado).
- Escritura pública de compra e venda de terra.
- Atestado de idoneidade da família Beirith, imigrantes teuro russos expedido pelo governo alemão.
- Licença de Alvará para funilaria e consertos de Nicolaus Beirith.
- Livro escrito pelo teuto-russo Clemens Gisi.

1.5. Biblioteca Pública Neiva Maria A. Costela (Chapecó)

- Artigos do Jornal “A Voz de Chapecó”, a partir de 1939 até 1945.

Abordavam:

- * Enchentes no Rio Uruguai;
- * Progresso da região através do colono;
- * Vinda dos colonos do Rio Grande do Sul;
- * Reclamações a respeito do descaso do governo do Estado;
- * Aberturas de estradas;
- * Fundações de escolas;

* Artigos sobre a vida social do município: bolões em São Carlos, Festa do *Kerb*, fundação do grupo de escoteiros.

1.7. Biblioteca Pública de Florianópolis

- Artigos do Jornal “A Voz de Chapecó”, do período de 1939 à 1945.
- Artigos do Jornal “República”
 - * Discurso do Governador Adolfo Konder no Distrito de Cascalho, 1929. Publicado em 30/05/1929.
- Livro de José Artur Boiteux intitulado *Oeste catarinense*, publicado em Florianópolis, 1931.

1.8. Arquivo Municipal Pe. Fernando Nazel. Maravilha-SC

- Relatório da Companhia Territorial Sul Brasil.
- Livro de Correspondência da Companhia
- Relatório da Comissão de Sindicância da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura, 1931.

1.9. Biblioteca Setorial da UFSC

- Livro de Artur Ferreira da Costa intitulado *O oeste catarinense*, publicado no Rio de Janeiro, em 1929.
- Livro de Othon D’Eça intitulado *Aos espanhóis confinantes*, publicado em Florianópolis, em 1929.

1.10. Mensagens Governamentais referente ao oeste catarinense

- Mensagem de Hercílio Pedro da Luz, encaminhada em 27/07/1919 ao Congresso Representativo de Santa Catarina.
- Mensagem de Felipe Schmidt, encaminhada ao Congresso Representativo de Santa Catarina em 1918.

2. Entrevistas

- Alexandre Beirith em São Carlos - 09/10/1993.
- Maria Beirith em São Carlos - 09/10/1993.

- Ervino Hoss em São Carlos - 23/03/1995.
- Marta Hoss em São Carlos - 23/03/1995.
- Francisco Alves de Matos em São Carlos - 05/12/1995.
- Ilsa Klein em São Carlos - 25/04/1995.
- Serafim Mergan em Águas de Pratas - São Carlos - 06/12/1995.
- Roberto Beckenkamp em São Carlos - 05/10/1994.
- Jacob Ternus em São Carlos - 04/10/1994.
- Padre Hebert Jerônimo Zimmer em São Carlos - 29/07/1994.
- Charlota Schawab em Aguiinhas - São Carlos - 06/10/1994.

BIBLIOGRAFIA

- ALVIM, Zuleica M.F. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- AURAS, Marli. *Guerra do Contestado - a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: UFSC/Assembléia Legislativa; São Paulo: Cortez, 1984.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BARRIOS, Sonia et alli. *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.
- BARROS, E.C. et alli. *Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BELLANI, Eli Maria. *Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai - 1917-1950*. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: UFSC, 1991.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. 3 vols. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Cortez, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- _____. *A escola dos Annales*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. 2ª edição. Florianópolis: Lunardelli, 1970.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural - entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel, 1990.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas dos povos: Sociedade e Cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FISCHER, Martin. *Vierzig jahre. Russlanddeutsche siedlungen in Santa Catarina 1930-1970*. Ijuí: Michaelsen, 1970.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Teatros da vida, cenários da história. A farra do boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina*. São Paulo: PUC, 1991. Tese (Doutoramento em História Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIALDI, Francisco. *Maravilha: sua terra, sua gente, sua história*. Porto Alegre: Suliani, 1993.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: José Olímpio, 1975.
- HUNT, Linn (Org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LENZI, Zuleica M. *O Kerb em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1989.
- LIMA, Lizanias de Souza. *Plínio Correa de Oliveira: Um Cruzado do Século XX*. São Paulo: USP, 1984 (Dissertação de Mestrado).
- MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- _____. *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do ensino em Santa Catarina 1930-1940*. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado, 1979.
- NOGUEIRA, Rui Alencar. *Nacionalização do Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro: Masursky, 1947.
- PEIXOTO, Nelson B. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? *Revista USP*.
- PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli.
- POLI, Jaci. Caboclo: Pioneiro e Marginalização. In: *CEOM*. Chapecó: FUNDESTE, ano 5, nº 7, abril/1991.
- RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. DPGAS, Museu Nacional UFRJ (Dissertação de Mestrado), 1990.
- _____. As representações da colonização no oeste catarinense a partir dos brasileiros. In: *CEOM*. Chapecó: FUNDESTE, ano 5, nº 7, abril/1991.
- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1987.
- SAMUEL, Raphael. Documentação: História Local e História Oral. In: *História em Quadro Negro. Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 89, nº 19, set./89 e fev./90.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995. pp. 135-157.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Os meandros dos rios nos meandros do poder*. São Paulo: PUC (Tese de Doutorado), 1987.
- SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: FCC, 1981.
- _____. Aspecto da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos operários. In.: *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: UFRJ / Marco Zero, 1987. pp. 103-120.
- _____. Identidade camponesa e identidade étnica. In: *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- _____. Identidade étnica, assimilação e cidadania. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, nº 26, ano 9, out./1994.
- SILVA, Zedar Perfeito. *Oeste catarinense*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1950.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WERLANG, Alceu. *A colonização as margens do Rio Uruguai no Extremo oeste catarinense*. Florianópolis: UFSC (Dissertação de Mestrado), 1992.

WOLFF, Cristina Scheibe. *As mulheres da colônia Blumenau. Cotidiano e trabalho (1850-1900)*. São Paulo: USP (Dissertação de Mestrado), 1991.

ZALUAR, Alba. *Os homens de Deus. Um estudo das festas e dos santos no catolicismo popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.